

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O contexto externo

Em decorrência do agravamento da crise financeira no 2º semestre de 2008, a economia do Espírito Santo sofreu forte retração em 2009, devido à importância do comércio exterior na formação de seu PIB. A balança comercial, apesar de positiva em US\$ 1,025 bilhão, ficou 31,2% menor que no ano anterior.

A recuperação econômica do Estado se revelou mais intensa do que a média nacional (1,2%) e se mostrou sustentada nos segundo e terceiro trimestres de 2009, quando o Espírito Santo cresceu 2,5%. A produção industrial registrou um decréscimo de 14,6% em 2009. No entanto, a taxa de crescimento do mês de dezembro foi de 37,2%, sinalizando recuperação. Os setores mais afetados foram os de mineração, siderurgia e pedras ornamentais. A indústria agrícola de fruticultura obteve resultados positivos, com aumento de 30% na produção. A demanda interna cresceu alavancada pela expansão da renda real, em razão da queda da inflação e do aumento dos salários. A classe média do Estado do Espírito Santo já representa mais de 50,1% da totalidade da população, índice que supera o nacional, o qual tem a média de 47,1%.

Resultados operacionais e investimento

A energia distribuída pela EDP Escelsa repercutiu esses movimentos na economia do Espírito Santo, com decréscimo de 7,3%, enquanto o mercado cativo cresceu 2,5%. O consumo dos clientes industriais cativos retraiu-se em 9,5%; os clientes livres, em sua maioria indústrias ligadas à produção de commodities, tiveram queda de 22%; as classes de clientes residencial e comercial, tiveram crescimentos significativos no fornecimento de energia, 7,8% e 6,7% respectivamente e a classe rural e demais classes, aumentaram 2,5% em relação ao ano anterior.

Apesar do cenário macroeconômico desfavorável, a EDP Escelsa continuou fazendo um forte programa de investimentos, totalizando R\$ 221,4 milhões, demonstrando assim o seu comprometimento com o desenvolvimento econômico-social do Estado do Espírito Santo. Foram realizados investimentos na expansão e melhoramento de subestações, linhas e redes do sistema elétrico, combate às perdas não técnicas, Programa Luz para Todos e modernização de sistemas. Destaca-se também o desenvolvimento do novo sistema de informação comercial, que entrou em funcionamento no ano de 2009 e que veio contribuir para uma maior robustez de todo o ciclo comercial.

O reajuste tarifário periódico, com efeito a partir de 07 de agosto de 2009, reposicionou as tarifas da EDP Escelsa em 15,12%.

A receita operacional líquida cresceu 11,8%, atingindo R\$1.373,0 milhões e o EBITDA do período foi de R\$303,1 milhões, representando um aumento de 10% em relação ao resultado obtido no ano anterior. O lucro líquido alcançado foi de R\$ 124,1 milhões, representando um aumento de 1,4% em relação ao ano anterior.

Desempenho técnico e comercial

Os indicadores técnicos que medem a continuidade no fornecimento de energia, DEC e FEC, que representam a duração e a frequência dos desligamentos, respectivamente, apresentaram resultados em total conformidade com os padrões estabelecidos pela Aneel, apesar das situações adversas, como a falha no Sistema Interligado Nacional (SIN) que causou interrupções no fornecimento de energia elétrica em 18 Estados do Brasil. Os investimentos efetuados e as ações de manutenção preventiva realizadas no sistema de distribuição contribuíram para o bom desempenho do sistema elétrico da EDP Escelsa.

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a EDP Escelsa promove anualmente uma pesquisa conduzida pela Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, com objetivo de medir a qualidade percebida pelos clientes, com relação ao fornecimento de energia elétrica e quanto à eficácia dos serviços oferecidos. Em 2009, a EDP Escelsa atingiu um índice de satisfação de 79,1%.

No ano de 2009, a EDP Escelsa foi distinguida com o Prêmio Ouro de Qualidade do Espírito Santo, evidenciando os resultados da aposta da Companhia no fornecimento de um serviço de qualidade e na adoção de um competente sistema de gestão.

Investimentos em eficiência energética e sustentabilidade

No âmbito do Programa de Eficiência Energética, destaca-se o Projeto "Comunidade Eficiente", implementado desde 2006, com o objetivo de aumentar a eficiência energética, promovendo o uso racional da energia em residências de baixa renda. O Programa já beneficiou mais de 66 mil famílias, promovendo ações de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, através da doação de 103,8 mil lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO.

No que diz respeito a projetos sociais, destacam-se os investimentos socioculturais, os quais promoveram a inclusão de milhares de pessoas nos municípios que compreendem a área de atuação da EDP Escelsa. Com foco na educação, cultura, desenvolvimento local e assistência social, a Companhia investiu mais de R\$ 1,3 milhão, incentivando a integração de colaboradores junto às comunidades, por meio de programa de voluntariado e implementou inúmeras campanhas de conscientização sobre o uso correto e seguro da energia elétrica. Merecem destaque os programas: EDP nas Escolas, EDP Solidária, EDP Amiga da Criança, Letras de Luz e Formação de Jovens Eletricistas. Essa atuação garantiu, pelo décimo ano consecutivo, a conquista do selo Empresa Amiga da Criança, certificação da Fundação Abrinq.

Em suma, o ano de 2009 foi marcado por um cenário de instabilidade econômica, decorrente da crise financeira internacional. A EDP Escelsa manteve o seu plano de investimentos, reforçando a solidez do seu sistema elétrico, a qualidade do seu serviço e consolidando o mercado e a satisfação dos seus clientes. Estes resultados foram possíveis pelo profissionalismo e dedicação dos Colaboradores da Companhia, a quem endereçamos um agradecimento especial. Aos nossos clientes e parceiros de negócio cabe também uma menção destacada pela confiança e relacionamento duradouro.

Gostaríamos ainda de agradecer ao Acionista da EDP o apoio que sempre prestou à EDP Escelsa, sem o qual não teria sido possível o caminho realizado até hoje.

Terminamos, reafirmando a excelência do trabalho desenvolvido pela Diretoria da Companhia, destacando a sua contribuição decisiva para o desenvolvimento como referência no tecido empresarial do Estado do Espírito Santo.

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu

Presidente do Conselho de Administração

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da EDP Escelsa a partir de 01 de janeiro de 2010 passou a ter uma nova composição decorrente da saída do Vice-Presidente João José Gomes de Aguiar que passou a exercer outra função no grupo EDP. A nova composição do Conselho de Administração da EDP Escelsa passou a ser:

Presidente: Antonio Manuel Barreto Pita de Abreu
Vice-Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro: Luiz Otávio Assis Henriques
Conselheiro: Agostinho Gonçalves Barreira
Conselheiro: Miguel Dias Amaro
Conselheiro (Representante dos Empregados): Dante Segundo Pancini Pola

Diretoria

A Diretoria da EDP Escelsa a partir de 01 de janeiro de 2010 passou a ter uma nova composição decorrente da destituição do Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores Thomas Daniel Brull, do Diretor Comercial Paulo Cesar Corrêa Soares e do Diretor de Regulação Dorel Soares Ramos, que não fazem mais parte do grupo EDP. A nova composição da Diretoria da EDP Escelsa passou a ser:

Diretor Presidente e de Relações com Investidores: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Presidente e de Relações com Investidores Interino: Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Vice-Presidente Executivo: Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Técnico: Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Comercial: Carlos Yoshio Motoki

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O início do ano de 2009 foi marcado pelo agravamento dos reflexos da crise mundial na economia no Espírito Santo, devido ao seu elevado grau de abertura ao comércio exterior. O Estado é grande exportador de produtos primários, como minério de ferro, granito, papel e café, que tiveram forte retração de demanda externa. Esta queda se refletiu no saldo da balança comercial que, apesar do fechamento positivo, registrando US\$ 1,025 bilhão, ficou com o montante 31,2% abaixo do ano anterior.

A redução da demanda internacional por produtos capixabas refletiu diretamente na produção industrial, que fechou o ano de 2009 em queda de 14,6%. A evolução mensal da produção sinalizou uma recuperação da economia, sendo que o índice apresentado no último trimestre do ano foi 8,7% acima do trimestre imediatamente anterior. O cenário externo atual aponta uma forte retomada da demanda chinesa e uma evolução do preço das commodities, o que favorece as grandes empresas estaduais.

O PIB espírito-santense chegou a registrar 9,9% de queda no primeiro trimestre de 2009, em relação ao mesmo período anterior. Este indicador apresentou taxas ascendentes até o terceiro trimestre, sendo que este último ficou 2,5% acima do segundo trimestre, índice maior que o nacional (1,3%).

Com o aumento da produtividade industrial, além dos efeitos positivos das medidas governamentais de incentivo fiscal, a recomposição da oferta de crédito, juntamente com as perspectivas relacionadas ao Pré-Sal são fatores que permitem vislumbrar a sustentabilidade da retomada do crescimento do Espírito Santo.

3. A EDP ESCELSA E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Espírito Santo Centrais Elétricas S.A., de capital aberto, desde 19 de janeiro de 1996, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo e controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de 29 de abril de 2005.

A EDP Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km², aproximadamente 90% do Estado e a 93,8% da população total, o que corresponde a 3,2 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

4. PRINCIPAIS INDICADORES (*)

Descrição	unidade	Saldos		
		Dez/09	Reclassificado	Dez/08
				Variação %
Financeiros				
Ativo Total	R\$ mil	2.221.687	2.070.207	7,3
Patrimônio Líquido	R\$ mil	738.207	685.144	7,7
Dívida Líquida (1)	R\$ mil	586.743	531.637	10,4
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,8	0,8	0,0
Dívida Líquida/EBITDA (12 meses)	vezes	1,9	1,9	0,0

Descrição	unidade	Dez/08		
		Dez/09	Reclassificado	Variação %
Resultados				
Receita Bruta	R\$ mil	2.230.949	2.020.472	10,4
Receita Líquida	R\$ mil	1.373.019	1.227.779	11,8
Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis	R\$ mil	1.159.614	1.029.598	12,6
Resultado do Serviço (EBIT)	R\$ mil	213.405	198.181	7,7
EBITDA (2)	R\$ mil	303.074	275.530	10,0
Resultado Financeiro	R\$ mil	(98.040)	(79.885)	22,7
Resultado não Operacional	R\$ mil	(3.304)	(2.997)	10,2
Resultado Antes de Impostos	R\$ mil	112.061	115.299	-2,8
Lucro Líquido	R\$ mil	124.115	122.398	1,4

Descrição	unidade	Dez/08		
		Dez/09	Reclassificado	Variação %
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	22,1%	22,4%	-0,3 p.p.
Margem Líquida (Lucro líq./rec. líquida)	%	9,0%	10,0%	-1,0 p.p.

Operacionais	unidade	Dez/08		
		Dez/09	Reclassificado	Variação %
Energia Distribuída	MWh	8.021.491	8.651.906	-7,3
Energia Vendida a Clientes Finais	MWh	4.879.173	4.759.420	2,5
Residencial	MWh	1.711.638	1.587.519	7,8
Industrial	MWh	954.979	1.055.182	-9,5
Comercial	MWh	1.084.490	1.016.116	6,7
Rural	MWh	537.111	524.112	2,5
Outros	MWh	590.955	576.491	2,5
Suprimento a Outras Concessionárias	MWh	417.047	404.224	3,2
Consumo Próprio	MWh	8.994	7.944	13,2
Energia em Trânsito	MWh	2.716.277	3.480.318	-22,0
Investimentos Líquidos (3)	R\$ mil	183.513	218.638	-16,1
Número de Clientes Finais	mil	1.185.451	1.144.085	3,6
Número de Colaboradores	unidade	953	957	-0,1
Produtividade (MWh distribuído/empregado)	MWh	8.391	9.041	-7,2
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	11,4	10,7	6,5
Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	6,9	6,9	0,0

(1) Dívida Líquida = Dívida Bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios.

(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional.

(3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais.

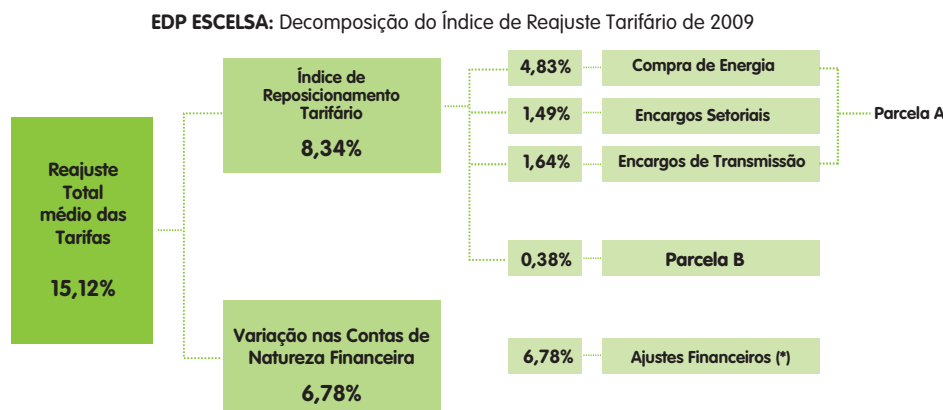
(*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações operacionais não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

No dia 28 de julho de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel homologou de forma definitiva o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica da EDP Escelsa (período Ago/07-Jul/10), conforme metodologia estabelecida pela Resolução Normativa 338/2008. Estas alterações são retroativas a 07 de agosto de 2007 considerando definitivos os valores da Base de Remuneração Regulatória Bruta e Líquida, constantes da Nota Técnica 240/09-SRE/Aneel. Computados todos os efeitos, o índice de revisão tarifária aprovada pela Aneel é de -6,44%, em substituição ao valor provisório, fixado em agosto de 2007, de -6,92%.

Em 04 de agosto de 2009, a Aneel homologou o reajuste médio anual das tarifas da EDP Escelsa, com efeito a partir de 07 de agosto de 2009, em 15,12% para o período compreendido entre Agosto/2009 a Julho/2010, sendo 8,34% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 6,78% referentes aos componentes financeiros pertinentes, já computados os efeitos do resultado definitivo da quarta revisão tarifária. Considerando os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas, associados à recuperação da diferença de receita de reajustes anteriores, o reajuste médio anual tarifário resultou em um efeito médio de 10,01% percebido pelos consumidores cativos.

Na composição do reajuste médio, destacam-se a compra de energia, a Parcela B e os ajustes financeiros, conforme demonstrado no quadro a seguir:



(*) Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação, inclusive dos ajustes decorrentes da conclusão do processo da 4ª Revisão Tarifária Periódica da EDP Escelsa, publicado em 04 de agosto de 2009.

A Resolução Homologatória da Aneel nº 852, de 28 de julho de 2009, torna definitiva a 4ª Revisão Tarifária Periódica da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (EDP Escelsa). O Investimento Remunerável, também denominado Base de Remuneração Regulatória - BRR, sobre o qual foram calculadas a remuneração e a depreciação dos ativos da Parcela B da Receita Requerida da concessionária, estão apresentados a seguir:

Resumo da Base de Remuneração Regulatória (*)

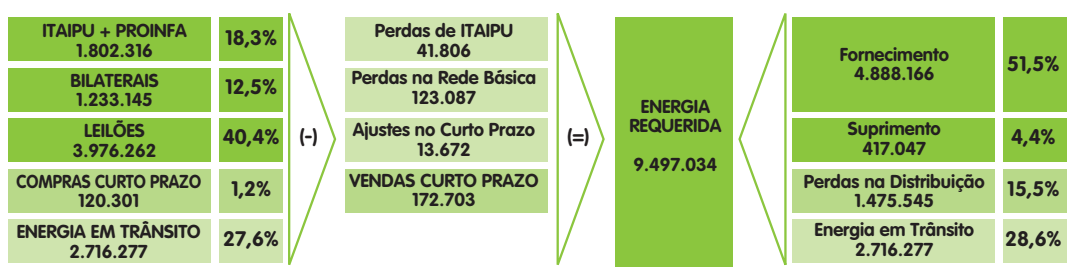
Descrição	R\$ mil
1 Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	2.205.790
2 Índice de Aproveitamento Integral	28.616
3 Obrigações Especiais	200.954
4 Bens Totalmente Depreciados	133.564
5 Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	1.842.657
6 Depreciação Acumulada	1.068.595
7 AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	1.137.195
8 Índice de Aproveitamento Depreciado	28.616
9 Valor da Base de Remuneração (VBR)	1.108.579
10 Almoxnariado em Operação	2.287
11 Ativo Diferido	-
12 Terrenos e Servidões	42.545
13 Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)-(3)+(10)+(11)+(12)	952.457
14 Taxa de Depreciação	4,26%
15 Quota de Reintegração Regulatória = (14)*(5)	78.497

(*) Não Auditado.

6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Balanco Energético (MWh)

O Balanco Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo. A energia requerida foi de 9.497 GWh, apresentando uma retração de 5,5% em relação a 2008. Tal retração está concentrada na Energia em Trânsito que engloba o consumo dos clientes livres que foram fortemente atingidos pela crise mundial.



Compra de Energia

A energia comprada pela EDP Escelsa foi de 7.132 GWh, superior em 4,9% à de 2008. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do PROINFA representam 25,3%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 55,7%, os Contratos Bilaterais 17,3% e o Curto Prazo 1,7%.

Energia Distribuída

O total de energia elétrica distribuída pelo sistema da EDP Escelsa (energia vendida a clientes finais, consumo próprio e energia em trânsito), em 2009, foi de 8.021,5 GWh, representando um decréscimo de 7,3%.

	Clientes Faturados (Unidade)		MWh		R\$ Mil	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Fornecimento						
Residencial	924.837	890.629	1.711.638	1.587.519	553.903	479.013
Industrial	10.788	10.511	954.979	1.055.182	259.370	267.528
Comercial	96.904	94.927	1.084.490	1.016.116	349.590	312.311
Rural	142.002	137.462	537.111	524.112	101.499	92.282
Outros (1)	10.725	10.392	590.955	576.491	146.035	132.306
(-) Transf. para Energia Trânsito (2)					(854.568)	(794.437)
Energia Forn. Clientes Finais	1.185.256	1.143.921	4.879.173	4.759.420	555.829	489.003
Suprimento Convencional	1	1	417.047	404.224	41.716	33.493
(+) Transf. de Forn. Clientes Finais (2)					854.568	794.437
Energia em Trânsito	34	33	2.716.277	3.480.318	242.987	220.194
Consumo Próprio	160	130	8.994	7.944		37
Total Energia Distribuída	1.185.451	1.144.085	8.021.491	8.651.906	1.695.100	1.537.164
Fornecimento não faturado (3)					1.728	(8.529)
Outras Receitas					22.968	27.617
(-) Deduções à receita operacional					(346.777)	(328.473)
Receita Operacional Líquida					1.373.019	1.227.779

Notas:

(1) Outros = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público

(2) Receita de Uso das Instalações incluída no faturamento dos Clientes Finais.

(3) Fornecimento não faturado inclui ajustes regulatórios à receita.

O total de energia elétrica vendida aos consumidores finais em 2009, atingiu o montante de 4.879,2 GWh, 2,5% acima do ano anterior, reflexo do crescimento econômico e das temperaturas mais elevadas durante o ano. Na classe residencial houve um aumento de 7,8%, refletindo o acréscimo de 3,8% no número de clientes, o aquecimento da atividade econômica e o impacto de temperaturas mais elevadas durante o ano. Na classe industrial houve uma queda acumulada de 9,5%, refletindo o efeito da crise mundial, que afetou mais fortemente o ramo de atividade de pedras ornamentais, que participa com 37% do mercado. No entanto, o consumo demonstrou recuperação ao longo do ano, apoiado pelo crescimento gradual da produção industrial do Espírito Santo, que apresentou variações positivas a partir do segundo semestre.

Na classe comercial ocorreu um crescimento acumulado de 6,7%. Os fatores que impulsionaram este resultado possuem as mesmas condicionantes da classe residencial. Na classe rural o crescimento foi de 2,5% devido ao maior nível de precipitações do ano, reduzindo a necessidade de irrigação, para as demais classes o crescimento foi de 2,5%, impactado pela reclassificação de clientes da classe Serviço Público e por programa de eficiência de energia na classe Iluminação Pública. O transporte de energia para os clientes livres apresentou decréscimo de 22%, fortemente impactado pela crise econômica mundial, que afetou particularmente os clientes do ramo de metalurgia, os quais sofreram grande retração de demanda externa, que resultou na redução de suas produções. O número de clientes faturados (mercado cativo, consumo próprio e uso da rede) ao final de 2009 chegou a 1.185,5 mil, com crescimento de 3,6%.

Perdas Técnicas e Não Técnicas

As perdas totais foram de 15,54%, acima em 1,61 ponto percentual em relação a 2008. Esse índice de crescimento está afetado pela redução da base de cálculo (redução da energia distribuída aos clientes finais). As perdas técnicas aumentaram de 8,70% para 8,76%. A perda não técnica apresentou uma elevação de 1,55 ponto percentual, devido à redução da energia distribuída para os clientes industriais livres, pelo aumento da energia em medidores, em função do aumento de carga em dez/09 e também aumento de fraudes e ligações clandestinas.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

7. ATIVIDADE COMERCIAL

Relacionamento com o Cliente

Em junho foram implantados novos sistemas para as funções comerciais, o CCS (*Costumer Care Service*) e o CRM (*Customer Relationship Management*), integrados aos sistemas administrativos e financeiros (SAP R/3). O desenvolvimento e as alterações introduzidas por esses sistemas abrangeram todos os processos e procedimentos comerciais e técnicos ligados ao atendimento aos clientes, alcançando, também funções financeiras e contábeis. A implantação foi um sucesso, pois permitiu a continuidade e melhoramento do atendimento aos clientes e das principais funções do ciclo comercial, mostrando o acerto no desenvolvimento, no planejamento da implantação e no treinamento da equipe.

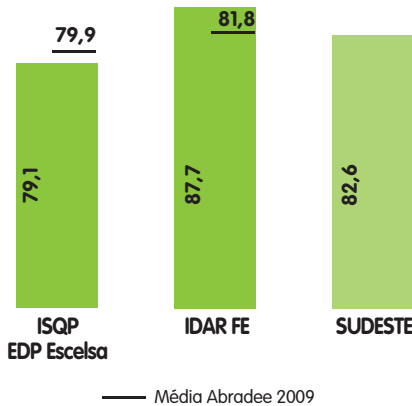
A EDP Escelsa disponibiliza diversos canais de atendimento aos seus clientes. É notável o crescimento de 40,9% verificado na Internet. As agências de atendimento tiveram o segundo maior crescimento, em face de alteração introduzida na regulamentação que passou a exigir o atendimento presencial para os pedidos de novas ligações e mudança de titularidade da unidade consumidora. Desta forma os atendimentos aos clientes foram distribuídos nos canais, conforme a seguir:

	2009	2008	Variação %
Call Center	2.126.744	2.179.862	-2,4
Agências de atendimento	912.168	746.647	22,2
Agentes comerciais	823.559	872.088	-5,7
Internet	1.320.669	937.501	40,9
Total	5.183.140	4.736.098	9,4

Em 2009, foram ampliados os espaços, modernizados os ambientes e mobiliários e aumentado o número de atendentes nas quatro agências Grande Vitória: Serra, Caricacica, Vila Velha e Vitória e também em Cachoeiro de Itapemirim. Uma nova agência de atendimento a clientes, destinada exclusivamente para negociações de débitos, foi criada no centro da cidade de Vitória, proporcionando um ambiente com conforto e propício à negociação de débito com agilidade no atendimento. Foi implantado no *Call Center*, atendimento a clientes com deficiência auditiva, mostrando preocupação da Companhia.

Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente (ISQP) - Pesquisa Abradee

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a Companhia participa da pesquisa conduzida pela Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Em 2009, a EDP Escelsa atingiu um índice de satisfação de 79,1%. O ponto da pesquisa que merece destaque está relacionado à qualidade de energia entregue aos clientes. Houve um aumento da satisfação quanto ao Fornecimento de Energia (87,7%), com o indicador acima da média Abradee (81,8%) e da região Sudeste (82,6%), como mostra o gráfico abaixo:



ISQP - Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente

IDAR FE - Índice de Desempenho das Áreas da Qualidade Percebida de Fornecimento de Energia

8. INVESTIMENTOS

Os investimentos da EDP Escelsa, em 2009, totalizaram R\$ 183,5 milhões de aplicações líquidas dos recursos recebidos a título de obrigações especiais, o que demonstra o comprometimento da EDP Escelsa com o desenvolvimento econômico-social do Estado do Espírito Santo.

	2009	2008	R\$ mil Variação
Expansão de Rede	93.278	60.680	32.598
Melhoramento da Rede	46.302	60.799	(14.497)
Universalização	32.637	50.957	(18.320)
Telecom., Informática e Outros	49.214	52.280	(3.066)
Subtotal	221.431	224.716	(3.285)
(-) Obrigações Especiais	(37.918)	(6.078)	(31.840)
(=) Investimento Líquido	183.513	218.638	(35.125)

Expansão de Rede

Para atendimento da demanda do mercado, foram investidos R\$ 93,3 milhões na expansão da rede elétrica, ligação de novos clientes e instalação de sistemas de medição. Destacam-se os investimentos para atender as seguintes regiões:

Na Grande Vitória, compreendendo as novas subestações de Goiabeiras, Manginhos e a instalação do segundo transformador em Viana. Na região sul, instalação do terceiro transformador na subestação de Guarapari e o início da construção da subestação de Vila Rica, para assegurar o atendimento aos mercados de Guarapari e Cachoeiro de Itapemirim. Na região norte, destaca-se a nova subestação Barra do Sahy, Pinheiros, a substituição do transformador em Linhares, instalação do segundo transformador em Barra de São Francisco, instalação do segundo transformador em Itarana, instalação do segundo transformador em Rio Bananal e instalação do segundo transformador em Montanha.

Os investimentos em Extensão de Rede, Recapitação de Rede e Câmaras de transformação atingiram o montante de R\$ 17,9 milhões, observando a crescente demanda no mercado da construção civil.

Melhoramento de Rede

Os investimentos totalizaram R\$ 46,3 milhões e consistiram na substituição de equipamentos, além do recondutoramento de redes em final de vida útil. Foram substituídos trechos de rede de média e baixa tensão para rede protegida e isolada, garantindo maior disponibilidade, preservação do meio ambiente e segurança.

Universalização

No âmbito do Programa Luz para Todos, foi assinado em maio de 2004, Termo de Compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, Governo do Estado do Espírito Santo e a EDP Escelsa, com interveniências da Eletrobrás e Aneel. Na área urbana foram realizados, de 2004 a 2009, atendimentos em todos os municípios da área de concessão, de acordo com as Resoluções Aneel 223/2003 e 456/2000. No mesmo período, na área rural, o Programa Luz para Todos atendeu a 43.801 novos clientes.

Em 2009, no Programa Luz para Todos, foram investidos, na quarta tranche, R\$ 28,8 milhões e realizadas 6.581 novas ligações, em cumprimento à meta acordada com o Ministério de Minas e Energia.

Tecnologia de Informação

Foram investidos R\$ 38,9 milhões em unificação dos sistemas corporativos do Grupo Energias do Brasil, melhorando a qualidade dos serviços e garantindo a sustentabilidade do negócio. Nesse contexto, ocorreu a implantação do sistema de gestão comercial I-SU/CCS em junho de 2009. Este sistema foi desenvolvido para melhorar os processos de atendimento e de relacionamento com clientes, integrado aos demais sistemas que utilizam a base SAP R/3.

Sistemas de Controle (Automação e Telecomunicação Operativa)

Foram adicionadas ao Sistema de Despacho Móvel, SDM, 39 viaturas, totalizando 112 viaturas dotadas com esse recurso. Este sistema permite a atribuição de ordens às turmas de prontidão, através de uma conexão de dados, via VHF, reduzindo o tempo de despacho e os erros de comunicação, com otimização da gestão das equipes, em função da sua localização, obtida por GPS e do local da intervenção.

O investimento em automação, com substituição dos sistemas analógicos por digitais nas subestações da EDP Escelsa e a instalação de relógios na rede de Média Tensão e sua integração no SCADA (*Supervisory Control And Data Acquisition*), têm contribuído para a melhoria dos indicadores de qualidade DEC e FEC. Em 2009, foram adicionados 100 novos relógios, totalizando 364 relógios telecomandados e telesupervisionados na rede de média tensão. Foram, também, integradas ao Sistema de Supervisão e Controle duas novas subestações, totalizando 76 subestações telecomandadas e telesupervisionadas.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

Indicadores de Performance

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço mantêm-se dentro dos padrões de excelência nacional. Isso se deve principalmente aos investimentos realizados, bem como às ações de manutenção preventiva realizadas nos ativos do sistema de distribuição. Os indicadores DEC e FEC, se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela Aneel, sendo registradas 11,44 horas e 6,91 interrupções, respectivamente.

Indicador	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009
DEC	Horas	11,83	8,30	11,52	10,67	11,44
FEC	Vezeas	8,66	6,34	7,65	6,93	6,91

DEC - Duração equivalente de interrupções por cliente (horas - média cliente/ano)

FEC - Frequência equivalente de interrupções por cliente (interrupções - média cliente/ano)

O sistema elétrico de distribuição da EDP Escelsa é formado por 56,9 mil km de linhas de distribuição, 77 subestações e mais de 79 mil transformadores de distribuição próprios, estando totalmente integrado ao Sistema Interligado Nacional.

Principais Dados das Instalações Elétricas da EDP Escelsa

Descrição	2009	2008	Variação %
Subestações			
Quantidade	77	74	4,1
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	2.964	2.714	9,2
Redes de Distribuição - Própria (Km)	56.934	55.287	3,0
Redes de Distribuição - AT (maior ou igual a 69 KV)	2.707	2.699	0,3
Redes de Distribuição - BT (entre 1 e menor que 69 KV)	45.833	44.374	3,3
Redes de Distribuição - BT (menor que 1 kV)	8.394	8.214	2,2
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	79.006	70.971	11,3
Transformador de Distribuição - Urbano	20.684	20.080	3,0
Transformador de Distribuição - Rural	57.705	50.335	14,6
Transformador de Distribuição - Subterrâneo	617	556	11,0
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	2.346	2.204	6,4
Potência Instalada na Distribuição - Urbano	1.355	1.312	3,3
Potência Instalada na Distribuição - Rural	846	763	10,9
Potência Instalada na Distribuição - Subterrâneo	145	129	12,4
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	506.380	550.665	-8,0

Os pontos de interligação do sistema elétrico da EDP Escelsa com a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional são: três com Furnas, através da transformação 345/138 kV nas localidades de Pitanga (ST Vitória), no município de Serra-ES; Areinha (ST Viana), no município de Viana-ES e Campos-RJ (ST Campos), compartilhada com a Ampla e um quarto com a Cesa em 230/138 kV na ST Mascarenhas-ES, compartilhada com a UHE Mascarenhas, da Energest.

10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Foram iniciados quatro novos projetos de P&D que, associados a outros dez projetos plurianuais em andamento, totalizaram investimentos da ordem de R\$ 2,4 milhões. Entre os projetos iniciados neste ano, a EDP Escelsa está participando, de forma cooperada com outras distribuidoras, de projetos relacionados às chamadas estratégicas da Aneel, chamadas estas que trazem temas de grande relevância ao setor elétrico nacional, e exigem um grande esforço conjunto e coordenado de várias Companhias do setor. Dentre os projetos finalizados no ano passado, destaca-se o desenvolvimento de um medidor de grandezas da qualidade de energia elétrica, com comunicação remota e a implementação de um Sistema de Monitoramento em tempo real. Dentre os projetos em fase de finalização destaca-se o estudo dos Impactos da ausência do Condutor Neutro em Redes Elétricas e a proposição de medidas corretivas para promover um significativo aumento da segurança das pessoas, dos eletricitistas e usuários, em função da redução das tensões no neutro e adequado controle das tensões de toque e de passo, reduzindo assim as probabilidades de acidentes.

Eficiência Energética

No ano de 2009 foram concluídos cinco projetos. Um dos projetos foi o dos hospitais beneficentes, onde as ações foram de substituição e modernização de 2.107 pontos de iluminação, troca de 155 aparelhos de ar condicionado e 111 frigobaras. Já no programa "Comunidade Eficiente", visando aumentar a eficiência energética em residências de baixa renda de 33 bairros da Grande Vitória, promoveram-se ações de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, doação de 103.765 lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO de desempenho em substituição às incandescentes, troca de 78 geladeiras ineficientes por outras com selo PROCEL de economia de energia, doação de 9.097 padrões de entrada residenciais e 3.045 kits com materiais elétricos a serem utilizados nas instalações internas.

11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ mil)	Dez/09	Dez/08	Variação %
Receita Operacional Bruta	2.230.949	2.020.472	10,4
(-) Deduções à Receita Operacional	(857.930)	(792.693)	8,2
(=) Receita Operacional Líquida	1.373.019	1.227.779	11,8
(-) Despesas Operacionais:	1.159.614	1.029.598	12,6
Gerenciáveis	353.093	297.979	18,5
Pessoal e Adm./ Entidades de Previdência Privada	86.241	80.005	7,8
Material	11.227	13.868	-19,0
Serviços de terceiros	101.027	95.106	6,2
Depreciação e amortização	89.669	77.349	15,9
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas	24.208	8.033	201,4
Provisões para contingências	949	64	1382,8
Aluguéis e Arrendamentos	1.007	1.057	-4,7
PIS/Colins	-	(3)	
Outras	38.765	22.500	72,3
Não gerenciáveis	806.521	731.619	10,2
Energia elétrica comprada para revenda	649.889	589.792	10,2
Encargo de uso do sist.de transm.e distribuição	152.910	137.851	10,9
Taxa de Fiscalização e Programa Efic. Energética	3.722	3.976	-6,4
(=) Resultado do Serviço	213.405	198.181	7,7
Margem do EBIT - %	15,5%	16,1%	-3,7
EBITDA	303.074	275.530	10,0
Margem do EBITDA - %	22,1%	22,4%	-1,3

O aumento da Receita Operacional Líquida verificado de R\$ 145,2 milhões é proveniente do resultado líquido de: a) crescimento de R\$ 66,8 milhões da receita de fornecimento a clientes finais, já deduzida a parcela da receita decorrente do uso das instalações; b) crescimento de R\$ 82,9 milhões pelo aumento da receita de uso do sistema de distribuição, faturada aos clientes livres e cativos; c) aumento de R\$ 8,2 milhões no suprimento para a Santa Maria; d) aumento de R\$ 4,8 milhões no valor líquido das outras receitas e deduções; e) redução de R\$ 17,5 milhões de fornecimento não faturado.

Em 2009, a receita de Uso do Sistema de Distribuição totalizou R\$ 1.097,5 milhões, dos quais R\$ 242,9 milhões refletem o faturamento de clientes no regime de contratação livre e R\$ 854,5 milhões correspondem à receita de uso das instalações, incluída no faturamento dos clientes cativos.

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 1.159,6 milhões em 2009, superiores em 12,6% ao verificado no ano anterior. As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Escelsa, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros e outras despesas, aumentaram em R\$ 55 milhões em 2009, correspondente a 18,5% em relação ao ano anterior. As despesas operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA. Os custos não gerenciáveis cresceram R\$ 74,9 milhões, equivalente a 10,2% do verificado no ano anterior.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R\$ 213,4 milhões em 2009, superior em 7,7% ao obtido no ano anterior. Este desempenho proporcionou redução na margem do EBIT de 16,1% em 2008 para 15,5% em 2009. O EBITDA do período foi de R\$ 303,1 milhões, superior em 10% ao obtido no ano anterior, porém houve redução da margem do EBITDA de 22,4% em 2008 para 22,1% em 2009.

O Resultado Financeiro em 2009 foi de R\$ 98 milhões, apresentando uma elevação de 22,7% em relação a obtida no ano anterior. Em 2009, a EDP Escelsa apresentou um Lucro Líquido de R\$ 124,1 milhões, superior em 1,4% ao registrado em 2008.

Endividamento

Endividamento (R\$ mil)	Dez/09	Saldo em Dez/08	Variação%
Dívida Bancária (*)	732.212	727.057	0,7
(-) Disponibilidades	(108.157)	(107.027)	1,1
(=) Dívida bancária líquida	624.055	620.030	0,6
(-) Ativo Regulatório Líquido	(37.312)	(88.393)	-57,8
(=) Dívida líquida	586.743	531.637	10,4

(*) Inclui Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Encargos financeiros e Operações de "Swap"

Em 31 de dezembro de 2009, a EDP Escelsa apresentou uma dívida líquida de R\$ 586,7 milhões, com uma elevação de 10,4% em relação ao verificado no ano anterior. Esta variação verificou-se em função de um maior saldo das disponibilidades e menor saldo de ativos regulatórios em 31 de dezembro de 2009.

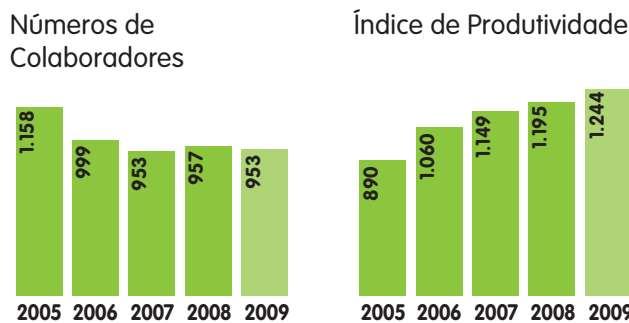
A Moody's América Latina ("Moody's") elevou o Rating de Emissor da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (EDP Escelsa) para Baa3 de Ba2 na escala global e para Aa1.br de Aa3.br na escala nacional brasileira. A elevação dos ratings reflete a melhora dos indicadores de crédito da Companhia, e o papel importante na estratégia de continuidade de obtenção de geração de caixa saudável no médio prazo.

12. GESTÃO DE PESSOAS

Em 2009, foram implantadas novas políticas de Recursos Humanos para as empresas do Grupo EDP no Brasil, incluindo reestruturação organizacional. Foram redesenhados processos relativos a gestão de pessoas, unificação de sistemas, padronização de normas e procedimentos.

Força de Trabalho

O quadro de pessoal próprio da EDP Escelsa, ao final de 2009, era de 953 colaboradores e 3 conselheiros. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.244, perante 1.195 em 2008, apresentando uma evolução de 4,0%.



Programa de Benefícios

A EDP Escelsa dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência privada, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche, auxílio babá, incentivo à educação de graduação em ensino superior e pós-graduação, além de participação nos resultados e Abono de Natal.

Capacitação e Desenvolvimento

A Companhia possui um programa de Incentivo à educação formal individual, através da concessão de bolsas de estudos, conciliando as necessidades dos colaboradores e da EDP Escelsa, em cursos reconhecidos pelas autoridades de educação: cursos de nível técnico, graduação, pós-graduação e MBA. Em 2009, 126 colaboradores foram contemplados com este benefício. Em capacitação, desenvolvimento, reciclagem e atualização dos colaboradores foram realizadas 75.443 horas de treinamento, com média de 79,2 horas por colaborador.

Para prestadores de serviço foram realizadas 8.430 horas de treinamentos. Nos cursos para comunidade foram formados 131 novos profissionais.

Planejamento de Pessoas e Sucessão

Foram preenchidas 48 vagas, das quais 60% foram por Recrutamento e aproveitamento interno. Contribuem para retenção de pessoas os programas de Especialista de Alta Performance-EAP e Jovem de Elevado Potencial-JEP, com aproveitamento de três Jovens de Elevado Potencial e um Especialista de Alta Performance, para o cargo de Gestor Operacional.

Segurança no Trabalho

O sistema de Gestão de Segurança do trabalho nomeado "Energias de Saúde e Segurança" é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:

- PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Escelsa a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional; e - PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento à legislação vigente e contratual.

No ano de 2009 foram realizadas 2.657 inspeções e 106 reuniões específicas de segurança. As taxas de frequência e gravidade não tiveram registros, tendo sido o melhor resultado da história da EDP Escelsa. Para as prestadoras de serviços, as taxas de frequência e gravidade foram 7,7 e 4,665, respectivamente.

Medicina do Trabalho

O Sistema de Gestão de Medicina preventiva e Saúde Ocupacional é composto de três programas:

- Programa Gerenciador do Exame Médico Ocupacional, com caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, abrangendo todos os colaboradores da Companhia;

- Programa de Medicina Preventiva, acompanha as patologias crônicas não ocupacionais, para controlar/reduzir doenças detectadas através do monitoramento médico, como obesidade, altos índices de colesterol e/ou triglicérides, hipertensão arterial, diabetes, ácido úrico, doenças ortopédicas não relacionadas a atividade do colaborador. Compreende também atendimento nutricional dos colaboradores, orientando e criando uma dieta personalizada. Em 2009 foram atendidos 91 colaboradores; e

- Programa de Remanejamento e Readaptação Funcional, voltado para a recuperação da capacidade laborativa do colaborador em sua função original ou sua readaptação a outra atividade.

13. SUSTENTABILIDADE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

A EDP Escelsa, alinhada aos Princípios de Desenvolvimento Sustentável do Grupo EDP, à Política de Sustentabilidade e ao Código de Ética que direcionam o Grupo EDP no Brasil, manteve a continuidade de ações voltadas para a busca do equilíbrio entre as operações da Companhia e seus públicos estratégicos. As iniciativas desenvolvidas abrangeram colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades e outros importantes atores sociais, que visaram oportunizar a criação de parcerias, o aprofundamento do diálogo e a maximização desse relacionamento.

Em 2009, programas corporativos como o Boca Livre, voltados aos colaboradores e contratados, forneceram um espaço para discussão de temas considerados relevantes para a Companhia como trabalho infantil e escravo, consumo consciente, mudanças climáticas, ações sociais, entre outros. Para os fornecedores foram realizados cursos de capacitação e fóruns de debates, com o objetivo de integrar conceitos de responsabilidade social e ambiental, bem como de direitos humanos, remetendo para as políticas e compromissos da Companhia.

As comunidades presentes na área de concessão foram beneficiadas por programas socioculturais apoiados e promovidos pela Companhia, com investimentos de R\$ 1,28 Milhão. O programa EDP Solidária apoiou projetos sociais com foco na saúde, educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto a aproximadamente 6,6 mil pessoas. O EDP nos Esportes incentivou projetos voltados à prática do Judô e do Remo. Já o EDP Cultura promoveu projetos direcionados à disseminação e inclusão pelas artes. O Programa EDP nas Escolas, que beneficiou mais de 1.500 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de três escolas públicas municipais, forneceu kits escolares, bem como a realização de campanha sobre a higiene bucal e alimentação saudável. Promoveu, ainda, o concurso cultural "Energia das Pessoas: a Energia que Transforma", a capacitação de professores, o incentivo à leitura e melhorias do ambiente escolar.

Cabe ressaltar o papel fundamental da EDP Escelsa que, com suas práticas de excelência em responsabilidade social corporativa, contribuiu para a manutenção das ações de EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa pelo quarto ano consecutivo.

Meio Ambiente

Os gastos de natureza ambiental, em 2009, foram de R\$ 4,8 milhões, com foco na implantação do sistema de gestão ambiental, no licenciamento de empreendimentos e na implantação de redes compactas e isoladas.

A instalação de 57 km

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

15. BALANÇO SOCIAL - (MODELO BASE)

1 - Base de Cálculo	2009 Valor (R\$ mil)		2008 Valor (R\$ mil) (**)	
Receita líquida (RL)	1.373.019		1.227.779	
Resultado operacional (RO)	115.365		118.296	
Folha de pagamento bruta (FPB)	73.272		66.913	

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.054	9,63	0,51	6.343	9,48	0,52
Encargos sociais compulsórios	21.430	29,25	1,56	20.611	30,80	1,68
Previdência privada	4.385	5,98	0,32	4.611	6,89	0,38
Saúde	8.557	11,68	0,62	7.842	11,72	0,64
Segurança e saúde no trabalho	30	0,04	0,00	19	0,03	0,00
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.108	1,51	0,08	857	1,28	0,07
Creches ou auxílio-creche	115	0,16	0,01	120	0,18	0,01
Participação nos lucros ou resultados	9.694	13,23	0,71	6.394	9,56	0,52
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	-	-	-	-	-
Outros	1.361	1,86	0,10	1.326	1,98	0,11
Total - Indicadores sociais internos	53.734	73,33	3,91	48.123	71,92	3,92

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	499	0,43	0,04	556	0,47	0,05
Cultura	400	0,35	0,03	228	0,19	0,02
Saúde e saneamento	55	0,05	0,00	259	0,22	0,02
Esporte	140	0,12	0,01	187	0,16	0,02
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	30	0,03	0,00
Outros	194	0,17	0,01	198	0,17	0,02
Total das contribuições para a sociedade	1.289	1,12	0,09	1.458	1,23	0,12
Tributos (excluídos encargos sociais)	878.344	761,36	63,97	829.353	701,08	67,55
Total - Indicadores sociais externos	879.633	762,48	64,07	830.811	702,32	67,67

4 - Indicadores Ambientais	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	4.710	4,08	0,34	6.549	5,54	0,53
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente	4.710	4,08	0,34	6.549	5,54	0,53

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para

minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%
	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2009	2008
Nº de empregados(as) ao final do período	953	957
Nº de admissões durante o período	52	42
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.674	2.116
Nº de estagiários(as)	86	54
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	449	438
Nº de mulheres que trabalham na empresa	216	206
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12%	6%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (*)	218	220
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	8%	7%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	42	41

16. AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a EDP Escelsa informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2009, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2009	2008
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	108.157	107.027
Consumidores e concessionárias	6	372.720	309.593
Impostos e contribuições sociais	9	108.048	77.804
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	37.079	23.386
Estoques		3.903	5.637
Cauções e depósitos vinculados	12	49	1.801
Despesas pagas antecipadamente	7	498	547
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	44.142	52.041
Outros créditos	13	62.418	25.972
		<u>737.014</u>	<u>603.808</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	32.734	20.297
Impostos e contribuições sociais	9	10.769	11.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	180.218	206.144
Partes relacionadas	11	1.241	4.719
Cauções e depósitos vinculados	12	74.036	83.964
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	18.100	46.326
Outros créditos	13	1.589	2.594
		<u>318.687</u>	<u>375.133</u>
		3.973	4.982
Investimentos			
Imobilizado	14	1.039.791	985.834
Intangível	15	122.222	100.450
		<u>1.165.986</u>	<u>1.091.266</u>
Total do ativo		<u>2.221.687</u>	<u>2.070.207</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2009	2008
			<i>Reclassificado</i>
Receita operacional bruta			
Fornecimento de energia elétrica		732.103	657.097
Suprimento de energia elétrica		41.716	33.493
Disponibilização do sistema de distribuição		1.434.162	1.302.265
Outras receitas operacionais		22.968	27.617
		<u>2.230.949</u>	<u>2.020.472</u>
Dedução da receita operacional			
Subvenção - CCC e CDE		(131.593)	(128.756)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		(13.430)	(13.010)
Quota para reserva global de reversão		(17.748)	(15.512)
Encargo de capacidade emergencial			3
Impostos e contribuições sobre a receita		(695.159)	(635.418)
		<u>(857.930)</u>	<u>(792.693)</u>
Receita operacional líquida	24	<u>1.373.019</u>	<u>1.227.779</u>
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(664.033)	(602.543)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(138.766)	(125.100)
		<u>(802.799)</u>	<u>(727.643)</u>
Custo de operação			
Pessoal		(59.530)	(48.021)
Materiais e serviços de terceiros		(79.730)	(67.028)
Depreciações e amortizações		(87.014)	(75.623)
Outros custos de operação		(7.846)	(8.107)
		<u>(234.120)</u>	<u>(198.779)</u>
		<u>(1.036.919)</u>	<u>(926.422)</u>
Custo do serviço prestado a terceiros	25	<u>(1.335)</u>	<u>(2.961)</u>
Lucro operacional bruto		<u>334.765</u>	<u>298.396</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(25.993)	(14.856)
Despesas gerais e administrativas		(86.252)	(78.894)
Depreciações e amortizações		(2.655)	(1.726)
Outras despesas operacionais		(6.460)	(4.739)
		<u>(121.360)</u>	<u>(100.215)</u>
Resultado do serviço		<u>213.405</u>	<u>198.181</u>
Receitas financeiras		53.533	61.657
Despesas financeiras		(151.573)	(141.542)
Resultado financeiro	26	<u>(98.040)</u>	<u>(79.885)</u>
Lucro operacional		<u>115.365</u>	<u>118.296</u>
Outras receitas		42	2.395
Outras despesas		(3.346)	(5.395)
Outros resultados		<u>(3.304)</u>	<u>(2.997)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>112.061</u>	<u>115.299</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(16.463)	(28.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(12.233)	(11.667)
		<u>(28.696)</u>	<u>(39.711)</u>
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		<u>83.365</u>	<u>75.588</u>
Reversão dos juros sobre capital próprio	26	40.750	46.810
Lucro líquido do exercício		<u>124.115</u>	<u>122.398</u>
Quantidade de ações no final do exercício (em milhares)		<u>5.876</u>	<u>5.876</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u>21.122,30</u>	<u>20.830,11</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

exercício da cidadania empresarial	2009	Metas 2010
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa:	30,29	30,29
Número total de acidentes de trabalho:	6	0

Os Projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

() direção	(x) direção	() todos(as)	() direção	(x) direção e	() todos(as)
e gerências	e gerências	empregados(as)	gerências	empregados(as)	

Os Padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

(X) direção	() todos(as)	() todos(as)	(X) direção	() todos(as)	() todos(as)
e gerências	empre-	+ Cipa	e gerências	empre-	+ Cipa
gados(as)	gados(as)		gados(as)		

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:

() não se envolve	(x) segue as normas	() incentiva e segue	() não se envolverá	(x) seguirá as normas	() incentivar a OIT
--------------------	---------------------	-----------------------	----------------------	-----------------------	----------------------

A Previdência privada contempla:

() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empre-	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empre-
		gados(as)			gados(as)

A Participação nos lucros ou resultados contempla:

() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empre-	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empre-
		gados(as)			gados(as)

Na Seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:

() não são	() são	(x) são	() não serão	() serão	(x) serão
consi-	sugeridos	exigidos	consi-	sugeridos	exigidos
derados			derados		

Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:

() não se envolve	() apóia	(x) organiza	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará
		e incentiva			e incentivar

Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):

Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
61.301	3.046	1.814	58.235	2.894	1.814

% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:

Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
100%	95%	27%	100%	100%	27%

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):

Em 2009: 1.204.634	Em 2008: 1.127.254
---------------------------	---------------------------

Distribuição do valor adicionado (DVA):

74% governo	75% governo
6% colaboradores(as)	6% colaboradores(as)
10% acionistas	9% terceiros
	10% acionistas
	8% terceiros
	1% retido
	1% retido

7 - Outras Informações

(*) *Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.*

(**) *Dados reclassificados (Receita Líquida, DVA e Tributos).*

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não auditadas.

financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

18. AGRADECIMENTOS

A Administração da EDP Escelsa registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da EDP Escelsa.

(Em milhares de reais)	Nota	2009	2008
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	16	173.489	144.055
Encargos de dívidas	18	1.930	2.462
Impostos e contribuições sociais	9	108.224	96.383
Dividendos	23.2	111.797	106.645
Debêntures	17	88.749	90.401
Empréstimos e financiamentos	18	33.663	25.872
Benefícios pós-emprego	19	6.170	3.835
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	24.293	11.285
Devolução tarifária	4.2	9.096	
Obrigações estimadas com pessoal	20	17.602	15.469
Encargos regulamentares e setoriais	21	73.815	69.248
Outras contas a pagar	13	77.722	56.752
		<u>726.550</u>	<u>622.407</u>
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais correntes	9	35.789	
Debêntures	17	337.017	424.497
Empréstimos e financiamentos	18	270.853	183.825
Benefícios pós-emprego	19	36.651	44.424
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2008		376.022	101.035	302.105	(2.800)	776.362
Reversão de dividendos					50	50
Dividendos intermediários				(100.000)		(100.000)
Lucro líquido do exercício					122.398	122.398
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal				5.982	(5.982)	-
Dividendos propostos					(113.666)	(113.666)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	23	376.022	101.035	208.087	-	685.144
Reversão de dividendos (AGE de 23/12/2009)				66.857		66.857
Dividendos intermediários				(20.000)		(20.000)
Lucro líquido do exercício					124.115	124.115
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal				6.206	(6.206)	-
Dividendos propostos					(117.909)	(117.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	23	376.022	101.035	261.150	-	738.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2009	2008
Geração do valor adicionado	2.206.783	2.014.834
Receita operacional	2.230.949	2.020.472
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(24.208)	(8.033)
Outras receitas	42	2.395
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(966.013)	(871.888)
Custos da energia comprada	(664.033)	(602.543)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(138.766)	(125.100)
Materiais	(11.227)	(13.868)
Serviços de terceiros	(101.027)	(95.106)
Outros custos operacionais	(50.960)	(35.271)
Valor adicionado bruto	1.240.770	1.142.946
Retenções		
Depreciações e amortizações	(89.669)	(77.349)
Valor adicionado líquido produzido	1.151.101	1.065.597
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	53.533	61.657
Valor adicionado total a distribuir	1.204.634	1.127.254
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	47.359	43.407
Benefícios	17.453	15.986
FGTS	6.960	10.186
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	384.216	374.034
Estaduais	511.555	464.220
Municipais	1.145	1.524
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	110.823	94.445
Aluguéis	1.008	1.054
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	40.750	46.810
Dividendos	77.159	66.856
	1.198.428	1.118.522
	6.206	8.732
Lucros retidos	1.204.634	1.127.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. ("Companhia" ou "Escelsa"), Companhia de capital aberto, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A., concessionária de serviço público de energia elétrica, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 001/1995 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que dentro dos 41.241 km² da área de concessão a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 23 de fevereiro de 2010, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos Técnicos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na nota 3.1 a seguir.

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Despacho SFF/ANEEL nº 4.722 de 18 de dezembro de 2009 e atualizações posteriores.

2.1. - Reclassificações do exercício anterior

Para fins de comparabilidade, foram efetuadas as seguintes reclassificações, dos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008:

Reclassificação da rubrica de Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" para Outras contas a pagar, no Passivo circulante e não circulante, o montante de R\$8.164 e R\$32.859, respectivamente, referente a Outros passivos regulatórios, também no Passivo não circulante, foi reclassificado, da rubrica de Outras contas a pagar para a rubrica de Encargos regulatórios e setoriais o montante de R\$2.261; e Crédito de PIS/COFINS - a partir deste exercício a Companhia passou a classificar os créditos dedutíveis das bases do PIS e da COFINS, apurados nos termos das Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, como dedução dos Gastos operacionais, anteriormente contabilizados no grupo de Deduções da Receita e para fins de comparabilidade, foi efetuada a reclassificação do ano anterior no montante de R\$73.235.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 - Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros - IFRS, diversos pronunciamentos foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios sociais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do referido processo. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, os valores do exercício de 2009, aqui apresentados, deverão ser reapresentados para fins de comparação quando da publicação das demonstrações financeiras do exercício de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Pronunciamentos

- CPC 17 - Contratos de construção
- CPC 20 - Custos de empréstimos - capitalização de juros
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 27 - Ativo imobilizado
- CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidênciação

Interpretações

- ICPC 01 - Contratos de concessão
- ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

A interpretação técnica ICPC 01 estabelece os critérios de reconhecimento e mensuração dos contratos de concessão, classificando os direitos das empresas às quais se aplica como um ativo intangível e/ou um ativo financeiro registrados pelo seu justo valor.

Considerando a complexidade das alterações requeridas pela referida interpretação técnica quando da aplicação nos negócios de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a Companhia ainda está avaliando seus reflexos nas suas demonstrações financeiras, ao mesmo tempo em que acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos órgãos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre os aspectos para aplicação de tal interpretação.

Face ao exposto, a Companhia entende que neste momento não é possível avaliar e quantificar com confiabilidade os efeitos da aplicação da ICPC 01 nas suas demonstrações financeiras.

3.2 - Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Consumidores e concessionárias (Nota 6)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia que incluem:

- (i) Os valores faturados a consumidores finais e concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada (Nota 6);
- (ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores da Companhia com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica, através do WACC regulatório vigente. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra o resultado do exercício (Notas 6.2 e 26);
- (iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1); e
- (iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

Clientes da Classe	Vencidos há mais de
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

c) Estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e aqueles destinados a projetos e obras, são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado.

d) Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" - CVA (Nota 8)

Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nºs 296 e 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nas Resoluções complementares da ANEEL.

e) Investimentos

Os Investimentos estão avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

f) Imobilizado (Nota 14)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento (quando aplicado) foi adotado até o ano de 1997, para os juros sobre o capital próprio contabilizados e que financiaram as obras em andamento conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica. Principais taxas de depreciação praticada na Distribuição com embasamento nas Resoluções ANEEL nºs 02 e 15 de 1997 e nº 240 de 2006.

Tipo de imobilizado	Atividade de distribuição		
	% ao ano	Tipo de imobilizado	% ao ano
Banco de capacitores paralelo inferior a 69kV	6,7	Regulador de tensão igual ou superior a 69 kV	3,5
Banco de capacitores seriais	5,0	Religador	4,3
Chave inferior a 69kV	6,7	Transformador de distribuição	5,0
Compensador de reativos	3,3	Transformador de força	2,5
Condutor inferior a 69kV	5,0	Transformador de medida	3,0
Disjuntor	3,0	Transformador de serviços auxiliares	3,3
Edificação - casa de força	2,0	Banco de capacitores paralelo igual ou superior a 69kV	5,0
Edificação - outras	4,0	Chave igual ou superior a 69kV	3,3
Estrutura (poste, torre) inferior a 69kV	5,0	Condutor igual ou superior a 69kV	2,5
Medidor	4,0	Estrutura (poste, torre) igual ou superior a 69kV	2,5
Painel, mesa de comando e cubículo	3,0	Regulador de tensão inferior a 69kV	4,8

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 e o Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passaram a ser amortizadas a partir da 2ª revisão tarifária periódica (agosto de 2007) por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média de depreciação dos ativos em serviço, vinculados ao sistema de distribuição de energia elétrica e também na proporção dos correspondentes bens desativados.

Em atendimento às determinações da ANEEL, através do Despacho nº 294, de 1º de fevereiro de 2008, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, a Companhia adota o procedimento de capitalização da parcela de 10% dos gastos com a administração central, com base nos custos diretos de pessoal e serviços de terceiros apropriados às ordens em curso (Nota 14.3), principalmente as relacionadas com os acréscimos ao Ativo imobilizado em curso, registrando em contrapartida, por transferência, a crédito da Demonstração do resultado - Despesas operacionais - Gerais e administrativas. Nos termos da regulamentação tarifária vigente, esses gastos são reconhecidos como custos adicionais indiretos incorporáveis ao ativo imobilizado, integrantes da base de remuneração regulatória e portanto são computados na base de cálculo das tarifas de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

g) Intangível (Nota 15)

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;
- As faixas de servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição; e
- Ágio incorporação - Refere-se à parcela cindida do ágio de incorporação da anterior Controladora da Companhia, decorrente da aquisição de ações da Escelsa, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções da CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia (Notas 10.1 e 15).

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 16)

Inclui principalmente o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica e encargos de uso da rede elétrica.

As obrigações em moeda estrangeira são reconhecidas pelo valor justo através do resultado do exercício, atualizadas pela cotação da moeda na data do balanço, conforme OCPC 03.

j) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 17 e 18)

Os empréstimos e financiamentos e debêntures em moeda nacional são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e as operações de swap são reconhecidas pelo valor justo através do resultado do exercício.

k) Provisões para contingências (Nota 22)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 9, 10 e 27)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09) cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração de renda, em 15 de outubro de 2009.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2009.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério do corredor).

o) Lucro por ação

O lucro por ação é apurado pela divisão do lucro líquido do exercício pelo número de ações em circulação do capital social, na data do balanço.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de venda de energia e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

q) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 3.2.n.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE;
- Perda ou ganho de receita - baixa renda;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Recuperação de créditos PIS/COFINS - COSIT 27;
- Provisão para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

r) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a Companhia, como agente integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

s) Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil poderia não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

t) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Outros
Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.
• Instrumentos financeiros derivativos
Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2009.

u) Moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.
Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

4 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se a seguir a posição dos ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Consumidores e concessionárias (Nota 6)				
Programa luz para todos	24.053	17.921		
Outros ativos regulatórios	14.018	24.822	19.215	10.982
Outros créditos (Nota 13)				
Modicidade baixa renda	12.790	4.425		
Outros ativos regulatórios	272			
Conta de compensação de custos da Parcela "A" (Nota 8)				
Parcela "A"		34.725		
CVA - ativa	44.142	17.316	18.100	46.326
Total de ativos regulatórios	95.275	99.209	37.315	57.308
Fornecedores (Nota 16)				
Energia livre	(22.442)	(4.789)		
Outros passivos regulatórios	(78)	(169)		
Conta de compensação de custos da Parcela "A" (Nota 8)				
Parcela "A"	(16.637)			
CVA - passiva	(7.656)	(11.285)	(4.505)	(10.858)
Devolução tarifária (Nota 4.2)				
Devolução tarifária	(9.096)			
Outras contas a pagar (Nota 13)				
Outros passivos regulatórios	(3.830)	(8.164)	(31.034)	(32.859)
Total de passivos regulatórios	(59.739)	(24.407)	(35.539)	(43.717)
Total ativos (-) passivos regulatórios	35.536	74.802	1.776	13.591

4.1 - Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Parcela "A"

Item	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2009	31/12/2008
Parcela "A"	Resoluções nºs 482/02 e 01/04	38.183	72.017	(126.837)	(16.637)	34.725
A RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária refere-se aos valores aplicáveis a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, através de reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda), rurais e iluminação pública e de 7,9% para os demais consumidores, que objetivou neutralizar os efeitos de perda de receita nas distribuidoras, ressarcir os custos com energia livre suprida pelas geradoras e para compensar déficits de custos tarifários não gerenciáveis integrantes da Parcela "A" nas distribuidoras, ocorridos entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, durante o Programa de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, o qual vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.						
Com o fim do prazo máximo para o ressarcimento dos montantes homologados pela ANEEL, correspondentes às parcelas de Perda de receita e de Energia livre em 30 de setembro de 2007, e com amparo na Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, iniciou-se em abril de 2007 a amortização do valor homologado correspondente à Parcela "A", esse sem limite de permanência para seu pleno ressarcimento.						
A Companhia efetuou consulta à ANEEL no tocante a dedutibilidade ou não dos tributos de PIS e da COFINS nos valores amortizáveis a título de Parcela "A" e aguarda posicionamento.						
No reajuste tarifário de agosto de 2009 cessou a cobrança relativa a RTE. O saldo a devolver aos consumidores da Companhia em 31 de dezembro de 2009, incluindo os tributos de PIS e COFINS, é de R\$16.637, a ser devolvido em data oportuna estabelecida pela ANEEL.						
Energia livre - A ANEEL divulgou a Resolução nº 387, de 15 de dezembro de 2009, determinando às concessionárias o recálculo do valor do passivo e dos repasses da parcela da RTE correspondente a Energia livre. Em decorrência desse fato, a Companhia registrou um passivo no valor de R\$17.652, contabilizado em contrapartida o valor de R\$16.677 a débito do Resultado financeiro e R\$975 a débito do Resultado operacional.						

4.2 - Revisão tarifária de 2007

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na Reunião Pública Ordinária da Diretoria, em 28 de julho de 2010, homologou de forma definitiva a quarta revisão tarifária periódica da Companhia (período agosto de 2007 a agosto de 2009), conforme metodologia estabelecida pela Resolução Normativa nº 338/2008.
As principais alterações introduzidas pela ANEEL, face ao que havia estabelecido provisoriamente em 2007 e 2008, são:
(i) Os valores reconhecidos a título de custos incluídos na Empresa de Referência em 2007, anteriormente atribuído em R\$221 milhões foi alterado e homologado para R\$210 milhões. A ANEEL havia divulgado, em 12 de maio de 2009, como resultado da Consulta Pública nº 035/2009, um valor da Empresa de Referência de R\$202 milhões.
(ii) Componente Xe do Fator X, índice utilizado no cálculo dos reajustes tarifários anuais, passa de 1,45% para 0,00%; e
(iii) Percentual de Perdas de Receita Irrecuperáveis, passa de 0,50% para 0,60% do faturamento bruto (com impostos).
Estas alterações retroagem a 7 de agosto de 2007 e estão mantidos os valores da Base Regulatória Bruta e Líquida.
A ANEEL deliberou, também, sobre os recursos administrativos interpostos anteriormente pela Companhia, em face da Resolução Homologatória 528/2007 e da Resolução Homologatória 686/2008, relativos a provimentos relacionados com a Estrutura Tarifária, a Receita de Suprimento e a ajustes no cálculo do déficit do Programa Luz para Todos.
Computados todos os efeitos, o índice de revisão tarifária, agora aprovado pela ANEEL, é de -6,44%, em substituição ao valor provisório, fixado em agosto de 2007, de -6,92%.
O resultado financeiro líquido, incluído no reajuste tarifário anual da Companhia, foi de R\$2.000.
Cabe esclarecer que as tarifas da Companhia homologadas através do reajuste anual em 7 de agosto de 2009 contemplou os seguintes efeitos:

(i) a introdução da diferença entre o novo percentual de -6,44% e o percentual provisório de -6,92% determinado em agosto de 2007, como antes referido; e
(ii) o índice de reajuste anual para o período de 7 de agosto de 2009 a 6 de agosto de 2010.

Computados todos os efeitos, o índice de revisão tarifária, aprovado pela ANEEL, é de -6,44%, em substituição ao valor provisório, fixado em agosto de 2007, de -6,92%. Dessa forma, a Companhia registrou neste exercício o montante de R\$15.595, a débito do resultado do exercício na rubrica de Receita operacional em contrapartida o Passivo Circulante na rubrica Devolução tarifária, referente ao período de agosto de 2007 a julho de 2009. O saldo a devolver em 31 de dezembro de 2009 é de R\$9.096.

4.3 - Reajuste das tarifas de 2009

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em reunião pública ocorrida em 4 de agosto de 2009, aprovou o relatório que autorizou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 15,12% para o período de 7 de agosto de 2009 a 6 de agosto de 2010, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e demais classes). Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste médio nas tarifas de energia elétrica foi de 10,01%, sendo 9,49% para os consumidores de baixa tensão e 11,18% para os consumidores de alta tensão.
Além disso, a partir de 7 de agosto de 2009, encerrado o processo de recuperação dos passivos associados à Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, cessou a aplicação dos percentuais de 2,9% para os consumidores residenciais, rurais e iluminação pública e de 7,9% para os demais consumidores. As tarifas de aplicação, considerando estes fatos, foram homologadas através da Resolução Homologatória nº 860 de 4 de agosto de 2009.
No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considerou a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis, sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X, e custos não gerenciáveis, como energia comprada de geradoras, Conta de Consumo Combustível - CCC, Reserva Global de Reversão - RGR, taxa de fiscalização e encargos de transmissão, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) e outros instrumentos.

A composição do reajuste, aplicado em 2009 para a Companhia está demonstrada a seguir:
• Parcela "A" com 8,34%, sendo: 4,83% relativo a compra de energia; 1,49% referente a encargos setoriais; e 1,64% relativo a encargos de transmissão;
• Parcela B com 0,38%; e
• Itens financeiros com 6,78%, que incluem os ajustes decorrentes da conclusão do processo da 2ª Revisão Tarifária Periódica da Companhia, comunicado em 6 de outubro de 2009.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2009	31/12/2008
Bancos conta movimento	67.445	57.492
Aplicações financeiras - renda fixa	40.712	49.535
Total	108.157	107.027

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados à taxas que variam entre 98,5% e 103,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

6 - Consumidores e concessionárias

Circulante	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2009	Saldo líquido em 31/12/2008
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	37.415	38.584	7.388	83.387	(7.236)	76.151	55.910
Industrial	19.140	11.629	267	31.036	(367)	30.669	28.221
Comércio, serviços e outras atividades	26.382	12.552	4.230	43.164	(2.339)	40.825	32.903
Rural	10.029	7.592	2.824	20.445	(25)	20.420	13.065
Poder público							
Federal	2.002	255		2.257		2.257	1.489
Estadual	2.615	292	82	2.989		2.989	2.606
Municipal	3.702	2.288	308	6.298		6.298	4.454
Iluminação pública	3.818	1.161	73	5.052		5.052	5.119
Serviço público	4.896	742	83	5.721		5.721	4.094
Fornecimento não faturado	88.122			88.122		88.122	66.586
Parcelamentos de débitos	23.713	7.331	15.937	46.981	(25.433)	21.548	10.822
(-) Ajuste a valor presente	(225)			(225)		(225)	(547)
Outros créditos	28.615			28.615		28.615	33.526
Outros ativos regulatórios	36.708			36.708		36.708	38.140
Total	286.932	82.426	31.192	400.550	(35.400)	365.150	296.388
Concessionárias							
Suprimento	4.710			4.710		4.710	1.019
Energia de curto prazo	827			827		827	2.918
Encargos de uso da rede elétrica	666			666		666	4.345
Outros ativos regulatórios	1.363			1.363		1.363	4.603
Outros créditos	4			4		4	320
Total	7.570			7.570		7.570	13.205
Total Circulante	294.502	82.426	31.192	408.120	(35.400)	372.720	309.593
Não circulante							
Consumidores							
Parcelamentos de débitos	18.254			18.254		18.254	15.399
(-) Ajuste a valor presente	(4.735)			(4.735)		(4.735)	(6.084)
Outros ativos regulatórios	19.215			19.215		19.215	10.982
Total Não circulante	32.734			32.734		32.734	20.297
A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é considerada pela Administração, suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.							

6.1 - Energia de curto prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2 - Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo Pronunciamento CPC 12, foi calculado com base na taxa WACC regulatória, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2009 correspondia a 15,07%a.a. (15,07%a.a. em 2008), afetando positivamente o resultado do exercício em R\$1.671 (negativamente em R\$4.957 em 2008).

7 - Despesas pagas antecipadamente

	Circulante	
	31/12/2009	31/12/2008
Prêmio de seguros	498	361
Outros		186
Total	498	547

8 - Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"

Período	Ativo				Passivo			
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
De 01/01/01 a 25/10/01		34.725						
De 07/07/06 a 06/07/07		5.724			16.637			
De 07/07/07 a 06/07/08	303	11.592				3.461		
De 07/07/08 a 06/07/09	43.839			46.326		7.824		
De 07/07/09 a 31/12/09			18.100				4.505	10.858
Total	44.142	52.041	18.100	46.326	24.293	11.285	4.505	10.858

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à Despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do Índice de Reajuste Tarifário - IRT, demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFRA.

Os registros para compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item e os respectivos valores de cobertura considerados nas tarifas de energia elétrica, são efetuados de acordo com o regime de competência, no Ativo e/ou Passivo, com contrapartidas no resultado conforme a sua natureza.
A mutação da CVA no exercício é a seguinte:

Item	Saldo em 31/12/2008	Apropriação	Atualização monetária	Amortização	Saldo em 31/12/2009
Parcela "A"	34.725		773	(52.135)	(16.637)
CVA	41.499	44.736	5.105	(41.259)	50.081
Total	76.224	44.736	5.878	(93.394)	33.444

Parcela "A": de 01/01/2001 a 25/10/2001 - valores correspondentes a RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária mencionada na nota 4.1.

9 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Ativo - compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	43.571	39.750		
ICMS	7.565	7.473	10.769	11.089
PIS e COFINS	8.645	7.517		
PIS e COFINS - COSIT 27	46.620	21.550		
Outros	1.647	1.514		
Total	108.048	77.804	10.769	11.089
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	14.966	28.744		
ICMS	48.265	40.643		
PIS e COFINS	19.812	15.943		
IRRF sobre juros s/capital próprio	6.112	7.021		
Parcelamento de impostos Lei 11.941/09	15.338		35.789	
Outros	3.731	4.032		
Total	108.224	96.383	35.789	

PIS e COFINS - COSIT 27 - O saldo de R\$46.620 refere-se ao registro dos créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica nº 115/2005 da ANEEL, a Companhia reconheceu um passivo circulante de igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada no futuro (Nota 13).

9.1 - IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre Capital Próprio, conforme legislação (Nota 23.2). Neste exercício foi retido o montante de R\$6.112.

9.2 - Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em Reunião de Diretoria de 26 de novembro de 2009, foi aprovada a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09, a qual foi formalizada em 27 de novembro de 2009 junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, o que gerou uma redução de passivos contingentes (Nota 22), relativos a processos de natureza tributária no âmbito da esfera federal no montante de R\$33.716, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2009
Saldo inicial	16.772
Constituição de provisão	9.924
Constituição de encargos legais	58.147
Saldo com revisão da probabilidade pelos advogados	84.843
Benefício - Reversão programa REFIS	(33.716)
Parcelamento	51.127
Dessa forma, em 31 de dezembro de 2009, foi registrado contabilmente nesta rubrica do passivo conforme abaixo:	
Imposto de renda e contribuição social	26.216
PIS e COFINS	3.303
INSS	21.495
Outros	113
Total	51.127

Do montante total desta adesão, parte será amortizada através de compensação com recursos de depósitos judiciais no montante de R\$40.956 e parte com créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no valor de R\$25.835, sendo o restante liquidado em 30 parcelas.

10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram recon

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Fornecedores

CESA - A Companhia possui contratos de compra e venda de energia elétrica com a Castelo Energética S.A. - CESA, referente às PCHs Viçosa e São João. Em 2007, por meio de Chamada Pública, foi firmado contrato para a compra de energia das demais PCHs da CESA, caracterizadas como Geração Distribuída.

O contrato com a PCH Viçosa teve início em 1º de agosto de 2001 com término previsto para 31 de dezembro de 2025. O primeiro aditivo deste contrato foi assinado em 7 de agosto de 2003. O segundo aditivo foi assinado em 1º de agosto de 2004 e alterou a data de término do contrato para 17 de julho de 2025. O Ofício SFF/ANEEL nº 2.097, de 3 de dezembro de 2004, homologou esse contrato. O preço vigente em 31 de dezembro de 2009 é de R\$164,52/MWh.

O contrato com a PCH São João mantém a data de início programada com a entrada em operação comercial da PCH e término previsto para 31 de maio de 2029. O primeiro aditivo deste contrato foi assinado em 13 de novembro de 2003, alterando a data de término do contrato para 17 de julho de 2025. O Ofício SFF/ANEEL nº 2.205, de 26 de dezembro de 2003, homologou esse contrato. O segundo aditivo foi assinado em 5 de janeiro de 2007 e alterou a data de início do contrato para 1º de janeiro de 2007. O Despacho ANEEL nº 1.748, de 5 de junho de 2007, aprovou este termo aditivo. O terceiro aditivo foi assinado em 1º de agosto de 2007, com base na Portaria nº 12 da SPDE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do MME, de 29 de março de 2007. O Despacho ANEEL nº 1.268/2008 homologa o 3º e o 4º termo aditivo. O preço vigente em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 152,30/MWh. O Contrato de Geração Distribuída com a CESA foi firmado em 1º de novembro de 2007, com suprimento para o período de 1º de janeiro de 2008 a 17 de julho de 2025. A Companhia, através da carta nº CT-CCPE 2 de 5 de dezembro de 2007 solicitou a homologação desse contrato à ANEEL. O preço vigente em 31 de dezembro de 2009 é de R\$151,82/MWh.

Enerpeixe - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Enerpeixe S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, com data-base de reajuste em agosto de 2002. O contrato foi aditado em 19 de fevereiro de 2003, sendo novamente aditado em 17 de outubro de 2003, com data-base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 7 de agosto de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 7 de agosto de cada ano do período de suprimento. O contrato foi homologado pela ANEEL em 6 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.848/2003-SFF/ANEEL. O preço vigente em 31 de dezembro de 2009 é de R\$149,51/MWh.

Enertrade - Contrato de compra de energia elétrica firmado em 23 de dezembro de 2002, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2003 e término em 31 de dezembro de 2012. O Despacho ANEEL nº 1.633 de 24 de abril de 2008 homologou o contrato e o segundo Termo Aditivo. O contrato será rescindido a partir de janeiro de 2010 conforme acordo entre as partes, sendo a referida rescisão homologada pela ANEEL através do Despacho nº 3.831 de 8 de outubro de 2009. Preço praticado em dezembro de 2009 é de R\$111,75/MWh.

Contrato de compra de energia elétrica celebrado através do 9º Leilão de Ajuste promovido pela CCEE através do Edital de Leilão nº 001/2009-CCEE, nos termos do artigo 26 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 e na Resolução Normativa nº 162/2005-ANEEL, com redação dada pela Resolução Normativa nº 277/2007- ANEEL, com início de suprimento em 1º de março de 2009 e término em 31 de dezembro de 2009. Preço praticado em dezembro de 2009 é de R\$145,77/MWh.

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas, em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da Administração no exercício de 2009, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$ 1.328, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 8 de abril de 2009, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, de até R\$ 2.266, para o período de abril de 2009 a março de 2010.

Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil S.A.

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

12 - Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Depósitos judiciais (Nota 22)			71.989	77.685
Cauções e depósitos vinculados	49	1.801	2.047	6.279
	<u>49</u>	<u>1.801</u>	<u>74.036</u>	<u>83.964</u>

13 - Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	1.606	1.020		
Modicidade baixa renda (Nota 4)	12.790	4.425		
Dispêndios a reembolsar	2.514	510		
RGR a compensar	62	383		
Desativação em curso	3.597	3.536		
Serviços em curso	23.550	7.755		
Adiantamentos a fornecedores	425	51		
Programa de eficiência energética	3.568	2.863	1.520	2.525
Serviços prestados a terceiros	3.839	1.333		
Tributos e consignações sobre folha	1.809	1.551		
Desativações e alienações	4.505	195		
Bens destinados à alienação			69	69
Outros ativos regulatórios (Nota 4)	272			
Outros	3.881	2.350		
Total	<u>62.418</u>	<u>25.972</u>	<u>1.589</u>	<u>2.594</u>
Outras contas a pagar - Passivo				
Contribuição de iluminação pública	10.877	9.686		
Cretores diversos - consumidores	4.948	5.760		
Cretores diversos - consumidores COSIT 27 (Nota 9)	46.620	21.550		
Outros passivos regulatórios (Nota 4)	3.830	8.164	31.034	32.859
Folha de pagamento	1.766	1.423		
Arrecadação de terceiros a repassar	7.676	2.525		
Outros	2.005	7.644	1.388	490
Total	<u>77.722</u>	<u>56.752</u>	<u>32.422</u>	<u>33.349</u>

13.1 - Modicidade baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial Baixa Renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220kWh.

O saldo em 31 de dezembro de 2009 no montante de R\$12.790, corresponde as estimativas do período de junho a dezembro de 2009.

14 - Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2009			31/12/2008
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Distribuição					
Terrenos		10.341		10.341	9.835
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,64	22.901	(12.289)	10.612	9.185
Máquinas e equipamentos	4,15	1.678.734	(661.323)	1.017.411	925.903
Veículos	1,49	45	(36)	9	
Móveis e utensílios	9,56	939	(259)	680	770
		<u>1.712.960</u>	<u>(673.907)</u>	<u>1.039.053</u>	<u>945.693</u>
Comercialização					
Máquinas e equipamentos	1,83	1.354	(1.334)	20	68
Móveis e utensílios		686	(686)		
		<u>2.040</u>	<u>(2.020)</u>	<u>20</u>	<u>68</u>
Administração					
Terrenos		280		280	298
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,50	11.954	(8.963)	2.991	3.030
Máquinas e equipamentos	5,28	78.965	(52.362)	26.603	24.388
Veículos	15,72	19.878	(12.583)	7.295	7.102
Móveis e utensílios	5,92	7.339	(4.518)	2.821	2.744
		<u>118.416</u>	<u>(78.426)</u>	<u>39.990</u>	<u>37.562</u>
Atividades não vinculadas a concessão					
Terrenos		273		273	273
Máquinas e equipamentos		17	(17)		
		<u>290</u>	<u>(17)</u>	<u>273</u>	<u>273</u>
Total do Imobilizado em serviço	4,35	<u>1.833.706</u>	<u>(754.370)</u>	<u>1.079.336</u>	<u>983.596</u>
Imobilizado em curso					
Distribuição		153.291		153.291	159.731
Comercialização		15		15	
Administração		1.880		1.880	8.206
Total do Imobilizado em curso		<u>155.186</u>		<u>155.186</u>	<u>167.937</u>
Obrigações vinculadas à concessão	4,59	(212.047)	17.316	(194.731)	(165.699)
Total imobilizado		<u>1.776.845</u>	<u>(737.054)</u>	<u>1.039.791</u>	<u>985.834</u>

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2008	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço		Baixas	Valor líquido em 31/12/2009
			para imobilizado em serviço	Depreciações		
Imobilizado em serviço						
Terrenos	10.406		550		(62)	10.894
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.215		2.532	(1.088)	(56)	13.603
Máquinas e equipamentos	950.359		184.315	(71.524)	(19.116)	1.044.034
Veículos	7.102		3.372	(3.064)	(106)	7.304
Móveis e utensílios	3.514		503	(516)		3.501
Total do imobilizado em serviço	<u>983.596</u>		<u>191.272</u>	<u>(76.192)</u>	<u>(19.340)</u>	<u>1.079.336</u>
Total do imobilizado em curso	<u>167.937</u>	<u>179.384</u>		<u>(190.995)</u>		<u>155.186</u>
Total do imobilizado	<u>1.151.533</u>	<u>179.384</u>	<u>277</u>	<u>(76.192)</u>	<u>(20.480)</u>	<u>1.234.522</u>
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Contribuição de consumidores	(87.377)	(31.180)	1.377	4.174	947	(112.059)
Participação da União, Estados e Municípios	(44.437)	(5.187)		1.343	227	(48.054)
Doações e subvenções	(33.885)	(1.551)	(1.377)	1.766	429	(34.618)
	<u>(165.699)</u>	<u>(37.918)</u>	<u>-</u>	<u>7.283</u>	<u>1.603</u>	<u>(194.731)</u>
Total líquido	<u>985.834</u>	<u>141.466</u>	<u>277</u>	<u>(68.909)</u>	<u>(18.877)</u>	<u>1.039.791</u>

14.1 - Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

14.2 - Bens e direitos da União utilizados pela concessionária

Os bens da União sob a administração da Companhia, constituem-se de terrenos e antigas edificações que encontram-se fora de uso em função da impossibilidade prática de suas utilizações, portanto, improdutivas, estando seus valores registrados no Sistema Extrapatrimonial.

14.3 - Capitalização das despesas com administração central

Conforme mencionado na nota 3.2.f, foi incorporado no Ativo imobilizado no exercício a título de capitalização de parcelas de gastos com a administração central, o montante de R\$9.149 (R\$9.131 em 2008) registrado por transferência e em contrapartida ao Resultado do exercício no grupo de Gastos operacionais - Despesas gerais e administrativas.

15 - Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2009			31/12/2008
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Distribuição					
Software	17,49	10.410	(5.845)	4.565	5.656
Serviço permanente		8.047	(2)	8.045	7.659
		<u>18.457</u>	<u>(5.847)</u>	<u>12.610</u>	<u>13.315</u>
Comercialização					
Software	20,00	112	(41)	71	93
		<u>112</u>	<u>(41)</u>	<u>71</u>	<u>93</u>
Administração					
Software	17,84	171.559	(63.412)	108.147	38.497
Outros		171.559	(63.412)	108.147	935
		<u>171.559</u>	<u>(63.412)</u>	<u>108.147</u>	<u>39.432</u>
Total do Intangível em serviço	17,81	<u>190.128</u>	<u>(69.300)</u>	<u>120.828</u>	<u>52.840</u>
Intangível em curso					
Distribuição		1.234		1.234	1.629
Comercialização		68		68	2.911
Administração		92		92	43.070
Total do Intangível em curso		<u>1.394</u>		<u>1.394</u>	<u>47.610</u>
Total intangível		<u>191.522</u>	<u>(69.300)</u>	<u>122.222</u>	<u>100.450</u>
Atividades não vinculadas à concessão					
Ágio na incorporação de sociedade controladora		103.964		103.964	103.964
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(103.964)		(103.964)	(103.964)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		11.550		11.550	6.882
(-) Amortização acumulada do ágio		(11.550)		(11.550)	(6.882)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total intangível		<u>191.522</u>	<u>(69.300)</u>	<u>122.222</u>	<u>100.450</u>

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2008	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço		Baixas	Valor líquido em 31/12/2009
			para imobilizado em serviço	Amortizações		
Em serviço						
Em curso	47.610	42.047	(88.263)	(20.760)	762	120.828
Total	<u>100.450</u>	<u>42.047</u>	<u>(277)</u>	<u>(20.760)</u>	<u>762</u>	<u>122.222</u>

Serviço permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes (vida útil indefinida) não são amortizadas.

Direitos de uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software.

Ágio - Incorporação de sociedade controladora

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura, como direito de concessão amortizado pelo período remanescente da respectiva concessão, cujo teste de recuperabilidade efetuado no exercício de 2009, pelo valor em uso foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida (Nota 3.2.g, 3.2.i e 10).

16 - Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2009	31/12/2008
Suprimento de energia elétrica	87.561	83.928
Energia livre	22.442	4.789
CCEE (compra de energia de curto prazo)	1.489	721
Encargos de uso da rede elétrica	16.496	13.741
Encargos de serviços de sistema	244	2.722
Materiais e serviços	45.179	37.985
Outros passivos regulatórios	78	169
Total	<u>173.489</u>	<u>144.055</u>

17 - Debêntures

Em 1º de junho de 2006 foi promovida a primeira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirográfrica), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 26.400 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$ 264.000 e prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de junho de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de junho de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de junho de 2010 e a terceira, de 1/3, em 1º de junho de 2011. A colocação foi concluída em 5 de julho de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia -

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ii) **BNDES contrato nº 88.426/Agente Banco do Brasil** - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008, no valor de R\$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3%a.a. indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendidos até este momento.

(iii) **BNDES contrato nº 88.426/Agente Banco Santander** - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008 no valor de R\$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3%a.a. indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendidos até este momento.

(iv) **BNDES BB/CALC** - Aprovado em dezembro de 2008, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito CALC, no montante de R\$164.091, com a finalidade de implantação do Programa de Investimentos 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito. A 1ª liberação efetuada para a Escelsa de R\$103,8 milhões ocorreu em 23 de dezembro de 2009 sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% a 4,50%a.a. acima da TJLP, vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010, trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento.

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em fevereiro de 2007, no valor total de R\$40.400, sendo R\$20.200 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$20.200 junto ao Banco Santander S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros a razão de 105% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais, sendo a primeira em 9 de fevereiro de 2010 e a última em 10 de fevereiro de 2014, e juros semestrais vencíveis a partir de 9 de agosto de 2007 a 10 de fevereiro de 2014. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas instituições financeiras.

Eletrobrás

(i) Programa Luz para Todos - 1ª etapa - Contrato ECFS 031/04 - Linha de crédito no valor de R\$30.968, a título de financiamento RGR R\$4.764, a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R\$4.764 subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 21 de maio de 2004, sendo que em 2004 foram liberados recursos no montante de R\$11.520, em 2005, R\$10.611, em 2006, R\$4.788, em 2008 R\$3.264 totalizando R\$30.183. Sobre o valor do principal incidem juros de 5%a.a. e taxa de administração de 1%a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de agosto de 2006 até 30 de julho de 2016 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1%a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(ii) Programa Luz para Todos - 2ª etapa - Contrato ECFS 106/05 - Linha de crédito no valor de R\$50.304, a título de financiamento RGR, R\$7.739, a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R\$7.739 subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 20 de novembro de 2005, sendo que em 2006 foram liberados recursos no montante de R\$20.613, 2007 R\$ 26.218 e 2008 R\$415. Sobre o valor do principal incidem juros de 5%a.a. e taxa de administração de 1%a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2006. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de maio de 2008 até 30 de abril de 2018 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1%a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(iii) Programa Luz para Todos - 3ª etapa - Contrato ECFS 181/07 - Linha de crédito no valor de R\$75.764, a título de financiamento e R\$10.102, a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 25 de junho de 2007, sendo que em 2008 foram liberados recursos no montante de R\$42.933. Sobre o valor do principal incidem juros de 5%a.a. e taxa de administração de 1%a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2008. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de março de 2020 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1%a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(iv) Programa Luz para Todos - 4ª etapa - Contrato ECFS 258/09 - Linha de crédito no valor de R\$56.737, a título de financiamento e R\$ 7.565, a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 28 de agosto de 2009, sendo que em 2009 foram liberados recursos no montante de R\$19.291. Sobre o valor do principal incidem juros de 5%a.a. e taxa de administração de 1%a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de janeiro de 2010. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de janeiro de 2012 até 30 de dezembro de 2021 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1%a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(v) Programa Reluz - Contratos diversos firmados com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, para os Municípios de Vila Velha, Serra, Ibraçu, Aracruz, João Neiva, Alfredo Chaves e Santa Maria de Jetibá, no valor contratado de R\$17.969, sendo que foram liberados recursos no montante de R\$14.528. Sobre os contratos incidem juros de 5%a.a. e taxa de administração de 1%a.a. sobre o saldo devedor, incorporados mensalmente durante o período de carência. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do término da carência. Vencimento da primeira parcela em 30 de julho de 2002 e a última em 30 de novembro de 2013. Garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.

Vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal + encargos):

	Moeda nacional	
	31/12/2009	31/12/2008
Circulante		
2010	35.593	35.593
Não circulante		
2011	39.804	
2012	48.388	
2013	48.379	
2014	42.741	
2015	29.116	
2016	28.142	
2017	15.894	
2018	7.950	
Após 2018	10.439	
	270.853	
Total	306.446	

19 - Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente os seguintes planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, administrados pelas entidades a saber:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA			3.373	3.899
Assistência médica e seguro de vida	6.170	3.835	33.278	40.525
Total	6.170	3.835	36.651	44.424

A Companhia possui as seguintes responsabilidades com benefícios pós-emprego:

- (i) Patrocinadora de planos de suplementação de aposentadoria e pensões; e
- (ii) Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência médica, Seguro de vida e Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002, as companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC 26, do IBRACON. Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

19.1 - Planos de suplementação de aposentadoria e pensões

Em 19 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar - SPC aprovou a incorporação, pela EnerPrev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, da gestão do plano de previdência oferecido pela Fundação Escelsos. A Companhia é patrocinadora da EnerPrev desde 19 de setembro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2009 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(132.625)	(120.453)
Valor justo dos ativos	200.084	187.553
	67.459	67.100
Diferimento dos ganhos atuariais acumulados	22.124	16.109
Superávit	89.583	83.209

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	Taxas nominais	
	2009	2008
Taxa de desconto	11,25%a.a.	10,75%a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	entre 11% e 11,49%a.a.	entre 11% e 11,25%a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55 %a.a.	5,55%a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50%a.a.	4,50%a.a.
Inflação médica de longo prazo	10%a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5%a.a. até 2018	10%a.a. em 2008, reduzindo linearmente para 5,5%a.a. até 2018
Inflação	4,50%a.a.	4,50%a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 1985
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao ao Plano de Benefícios

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Companhia contribuiu com R\$3.030 (R\$2.966 em 2008).

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

	Plano I	Plano II	Total
Participantes ativos	3	879	882
Participantes assistidos			
Com benefícios diferidos		10	10
Aposentados e pensionistas	730	204	934
Total	733	1.093	1.826

19.2 - Outros benefícios pós-emprego

Ainda no âmbito da avaliação atuarial mencionada na nota 19.1, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:

Assistência médica e seguro de vida - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia; e Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

O passivo atuarial reconhecido nas demonstrações financeiras, líquido das perdas não reconhecidas, no montante de R\$42.821, é composto conforme apresentado a seguir:

	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	(75.040)	(57.410)
Perdas atuariais liquidadas não reconhecidas	32.219	9.151
Total	(42.821)	(48.259)
Circulante	6.170	3.835
Não circulante	36.651	44.424

A despesa líquida com esses beneficiários, a ser reconhecida no resultado de 2010, terá a seguinte composição:

Custo do serviço corrente	425
Custo dos juros	8.059
Amortização de perda	2.109
Benefícios pagos	(6.170)
	4.423

19.3 - EnerPrev- Previdência Complementar do Grupo EDP Energias do Brasil

Estruturado na modalidade "Contribuição Definida", de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005 e cadastrado no CNBP - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da Patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano de Benefícios: EnerPrev e Bradesco Vida e Previdência S.A.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$163.

Esse plano tem a adesão de 93 colaboradores.

20 - Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2009	31/12/2008
Folha de pagamento	15.471	13.414
INSS e FGTS	2.131	2.055
Total	17.602	15.469

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas as provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultado do exercício de 2009.

21 - Encargos regulatameres e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.542	1.288		
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	1.500	7.711		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.006	5.138		
Encargos tarifários (ECE/AEEE)	28.639	29.527		
Pesquisa e desenvolvimento	11.969	11.834	4.128	2.261
Programa de eficiência energética	23.882	13.470	2.367	
Taxa de fiscalização - ANEEL	277	280		
Total	73.815	69.248	6.495	2.261

21.1 - Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nºs 300 e 316 de 12 de fevereiro de 2008 e 13 de maio de 2008, respectivamente. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D e PEE, quando ocorre a sua baixa.

A Companhia registrou o montante de R\$15.096 em 2009 (R\$15.384 em 2008), sendo, a título de principal, R\$13.430 em 2009 (R\$13.010 em 2008), registrado no Grupo de Dedução da Receita e R\$1.666 (R\$2.374 em 2008) de atualização monetária, registrado no Resultado financeiro.

22 - Provisões para contingências e depósitos vinculados a litígios - não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo			
	Instâncias	Saldo em 31/12/2008	Adições	Pagamentos	Reversões	Reclassificação (*)	Saldo em 31/12/2009	Depósito Judicial (Nota 12) 31/12/2009	31/12/2008
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	26.626	10.337	(8.559)	(4.300)		24.104	4.282	10.591
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	7.437	3.683	(2.210)	(948)		7.962	573	520
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	28.438	39.938		(17.213)	(51.127)	36		10.186
Total		62.501	53.958	(10.769)	(22.461)	(51.127)	32.102	4.855	21.297

(*) Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

A Companhia optou pela adesão ao Programa de parcelamento de impostos instituído pela Lei nº 11.941/09, fato que proporcionou a redução de passivos contingentes de natureza tributária (Nota 9.2).

22.1 - Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

22.2 - Cíveis

Refere-se principalmente a pleitos referentes a danos morais e materiais.

22.3 - Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Ativo				
	Instâncias	31/12/2009	31/12/2008	Depósito Judicial (Nota 12) 31/12/2009	31/12/2008
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	39.387	39.973	4.581	8.419
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	36.732	30.150	108	
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	36.869	41.112	17.645	39.777
Total		112.988	111.235	22.334	48.196

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes questões:

• Cíveis

Majoração de tarifa Ação ordinária processo nº 97.0005229-0, relativo a majoração de tarifa de energia elétrica, autorizadas pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45 de 27 de fevereiro e 4 de março de 1996, em discussão na esfera judicial. Esse processo totaliza o montante de R\$11.597.

• Fiscais

PIS/COFINS - Trata-se de execução fiscal que visa a cobrança da contribuição ao PIS (Fevereiro de 2002 a Julho de 2002) e da COFINS (Março de 2004 a Novembro de 2005), em discussão na esfera judicial, decorrente de denúncia espontânea relativo a inconsistências na Retificação de Documento de Arrecadação da Receita Federal e compensação de tributos (DCOMP). A Companhia possui carta de fiança no valor integral da execução. Este processo tem o montante de R\$17.009.

INSS - A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança do tributo previdenciário versando sobre a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, em discussão na esfera judicial, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia. Essas notificações importam em R\$7.748 (R\$13.289 em 2008). Tributos municipais - Diversas Prefeituras - Pleito de cobrança de ISSQN, no período de janeiro de 1991 a agosto de 1995, em discussão na esfera judicial, supostamente incidente sobre os serviços de emissão de segunda via de conta, reaviso, entre outros. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R\$8.050 (R\$6.942 em 2008).

Adicionalmente existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2009 é de R\$3.844 (R\$8.192 em 31 de dezembro de 2008) (Nota 12).

23 - Patrimônio líquido

23.1 - Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 está representado por 5.876

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24 - Receita operacional líquida

	Nº de Consumidores (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	924.837	890.629	1.711.638	1.587.519	747.074	641.219
Industrial	10.788	10.511	954.979	1.055.182	342.893	355.738
Comércio, serviços e outras atividades	96.904	94.927	1.084.490	1.016.116	463.314	414.182
Rural	142.002	137.462	537.111	524.112	109.431	96.051
Poder público	9.360	9.083	210.935	192.811	89.022	76.212
Iluminação pública	341	306	216.165	216.035	46.980	44.117
Serviço público	1.024	1.003	163.855	167.645	48.827	47.273
Consumo próprio	160	130	8.994	7.944		
Total do fornecimento faturado	1.185.416	1.144.051	4.888.167	4.767.364	1.847.541	1.674.792
(-) Recomposição tarifária extraordinária (líquida de ICMS)						
Residencial						337
Industrial						576
Comércio, serviços e outras atividades						597
Rural						66
Poder público						110
Iluminação pública						26
Serviço público						68
Consumo próprio						37
						1.817
(-) ICMS						
Residencial					(193.171)	(162.543)
Industrial					(83.523)	(88.786)
Comércio, serviços e outras atividades					(113.724)	(102.468)
Rural					(7.932)	(3.835)
Poder público					(14.975)	(12.806)
Iluminação pública					(11.744)	(11.028)
Serviço público					(12.075)	(11.666)
					(437.144)	(393.132)
Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS					1.410.397	1.283.477
Fornecimento não faturado					16.989	3.810
Devolução tarifária					(9.096)	(21.550)
Outras receitas regulatórias					(29.389)	(20.978)
Modicidade tarifária - baixa renda					23.227	30.192
Suprimento de energia elétrica	1	1	417.047	404.224	41.716	33.493
ECE e EAEEE					(3)	(3)
					1.453.841	1.308.441
Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(1.117.166)	(1.010.983)
(-) ICMS sobre transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					262.598	216.546
Total fornecimento de energia elétrica					599.273	514.004
Disponibilização do sistema de distribuição						
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros	34	33	2.716.277	3.480.318	316.996	290.283
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - outros					(74.009)	(71.088)
Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					1.117.166	1.010.983
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(262.598)	(216.546)
Encargos de conexão						999
					1.097.555	1.014.631
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo					3.581	10.992
Serviços taxados e outros					19.387	16.625
Total outras receitas operacionais					22.968	27.617
					1.719.796	1.556.252
(-) Deduções da receita						
PEE e P&D					(13.430)	(13.010)
CCC					(65.589)	(64.951)
CDE					(66.004)	(63.805)
RGR					(17.748)	(15.512)
PIS/COFINS					(183.960)	(171.022)
ECE e EAEEE - repasse para CBEE						3
ISS					(46)	(176)
					(346.777)	(328.473)
Total	1.185.451	1.144.085	8.021.491	8.651.906	1.373.019	1.227.779
(*) Não auditado						

25 - Gastos operacionais

	Custo do serviço			Despesas operacionais			2009	2008
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	Outras		
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Itaipu	171.284						171.284	147.683
Leilão	306.903						306.903	275.373
PROINFA	34.356						34.356	18.676
Energia de curto prazo - CCEE	6.793						6.793	9.172
Outros supridores	179.680						179.680	153.152
Efeito líquido da CVA	31.008						31.008	58.968
Encargos de uso da rede elétrica								
Encargo de uso e conexão	134.121						134.121	120.411
Encargo de serviços do sistema	9.389						9.389	30.711
Efeito líquido da CVA	9.400						9.400	(13.271)
PIS/COFINS	(80.135)						(80.135)	(73.232)
Programa de eficiência energética						272		272
Taxa de fiscalização						3.722		3.722
	802.799					3.994	806.793	731.968
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	59.530			26.711			86.241	80.005
Materiais	10.155			1.072			11.227	13.868
Serviços de terceiros	69.575	1.335		30.117			101.027	95.106
Depreciação e amortização	87.014			2.655			89.669	77.349
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas				24.208			24.208	8.033
Provisões para contingências						949	949	64
Aluguéis e arrendamentos	43			964			1.007	1.057
PIS/COFINS								(3)
Outras	7.803			1.785	27.388	1.517	38.493	22.151
	234.120	1.335		25.993	88.907	2.466	352.821	297.630
Total	802.799	234.120	1.335	25.993	88.907	6.460	1.159.614	1.029.598

26 - Resultado financeiro

	2009	2008
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.518	13.310
Varição monetária e acréscimo moratório da energia vendida	31.889	39.847
Atualizações monetárias de ativos regulatórios	6.815	10.384
Variações monetárias moeda nacional	8.637	
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	691	881
Ajuste a valor presente	1.671	(4.957)
Outras receitas financeiras	2.312	2.192
	53.533	61.657
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(64.962)	(82.474)
Variações monetárias moeda nacional	(78)	(158)
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais	(28.055)	
Atualizações monetárias de passivos regulatórios	(17.613)	37
CPMF		(288)
Juros sobre capital próprio	(40.750)	(46.810)
Outras despesas financeiras	(115)	(11.849)
	(151.573)	(141.542)
Total	(98.040)	(79.885)

27 - Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2009	2008	2009	2008
Lucro antes do IRPJ e CSLL	112.061	115.299	112.061	115.299
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(28.015)	(28.825)	(10.085)	(10.377)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(312)	(421)	(113)	(152)
Perdas indedutíveis	(486)		(175)	
Multas indedutíveis	(4)	(7)	(2)	(2)
Gratificações a administradores	39	(171)	14	(62)
Pesquisa e desenvolvimento	120		44	
Provisão para devedores duvidosos		(1.370)		(493)
Outras	8.430		3.034	
Outros				
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(2.487)	760	1.025	278
Incentivos fiscais				
Adicional IR	24	24		
PAT	156	158		
Lei Rouanet	97	416		
Desporto		125		
P&D		300		108
Despesa de IRPJ e CSLL	(22.438)	(29.011)	(6.258)	(10.700)
Alíquota efetiva	20%	25%	6%	9%

28 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2009
Subestações	301.206
Almoxarifado	32.029
Prédios e conteúdos (próprios)	7.783
Prédios e conteúdos (terceiros)	4.155
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.500
Acidentes pessoais	63.344

29 - Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009, de 19 de novembro de 2009, e Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros.

29.1 - Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

29.2 - Riscos operacionais

29.2.1 - Risco de crédito

O instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é representado, principalmente, por contas a receber de consumidores que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado vigentes de junho de 2001 a fevereiro de 2002, quando da vigência do Programa de racionamento de energia elétrica.

29.2.2 - Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui, conforme descrito nas notas 17 e 18, debêntures e contratos de empréstimo e financiamento com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros) e de outras condições. O descumprimento dessas restrições poderá implicar em vencimento antecipado das dívidas.

29.2.3 - Risco de escassez de energia elétrica

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, podendo ocasionar em redução de receitas por indisponibilidade de energia elétrica, em aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema, como ocorreu no Brasil no ano de 2001, poderia vir a ser adotado programa de racionamento que implicaria em redução de receita.

29.3 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber, Cauções e depósitos vinculados, Outros ativos circulantes e Contas a pagar - estão apresentados ao seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado.

Ativos e passivos regulatórios - estão apresentados ao seu custo amortizável que equivale ao seu valor recuperável. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNDES e Eletrobrás - são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado, contabilizados pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia elétrica, indexados à TJLP-Taxa de Juros de Longo Prazo e taxas pré-fixadas.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao Banco do Brasil e Santander - são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado. O valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros da operação através das curvas de juros da BM&F Bovespa e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura também da BM&F Bovespa. Debêntures em moeda nacional - estão contabilizados pelo custo amortizado e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado, por se tratarem de emissões de dívida no mercado de capitais com definição na Escritura particular de emissão de debêntures em cláusula específica de vencimento antecipado que caso ocorra o evento, será feito pelo seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido de remuneração devida até a data do efetivo pagamento calculada *pro rata temporis*.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - BNDES e Eletrobrás	264.644	110.289	264.644	169.571
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - Banco do Brasil e Santander	42.227	35.157	41.802	42.588
Debêntures em moeda nacional	443.439	522.370	425.766	514.898

29.4 - Análises de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de deterioração, respectivamente, e cenários IV e V com 25% e 50% de apreciação, respectivamente.

	31/12/2009			
	Risco	Provável	Cenário II	Cenário III
Instrumentos Financeiros				
Ativos Financeiros				
Aplicações Financeiras	CDI	10.529	13.161	15.794
Passivos Financeiros				
Cédula de Crédito Bancário	CDI	9.263	11.579	13.895
Debênt				

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Vice-Presidente

Conselheiros

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

MIGUEL DIAS AMARO

DANTE SEGUNDO FANCINI POLA

DIRETORIA

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor Presidente
e de Relações com Investidores

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA
Diretor Presidente
e de Relações com Investidores - Interino

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA
Diretor Vice Presidente Executivo

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA
Diretor Técnico

CARLOS YOSHIO MOTOKI
Diretor Comercial

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI
Gestora Operacional de Contabilidade Geral
Técnica - CRC 1SP137290/O-8 "S"-ES

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa
Vitória - ES

Examinamos os balanços patrimoniais da **Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa** ("Companhia") levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa** em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2010



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-S-ES

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2-S-ES